

A Defesa Nacional

Nº 654

MAR/ABR 1974

Neste Número :

- 
- Evocação ao Patrono da Engenharia
 - Revolução Mundial?
 - A Crise do Petróleo e Suas Perspectivas
 - A Penação Militar — Habilitação
 - O Agente Químico CS
 - As Forças Armadas Francesas

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
61º

Rio de Janeiro, GB — Mar/Abr de 1974

Número
654

ÍNDICE

NOTA EXPLICATIVA

| | |
|--------------------|---|
| AOS LEITORES | 3 |
|--------------------|---|

EDITORIAL

| | |
|--------------------------------|---|
| A PROPOSITO DOS DEZ ANOS | 5 |
|--------------------------------|---|

CULTURA GERAL

| | |
|---|----|
| EVOCAÇÃO AO PATRÔNIO DA ENGENHARIA | 9 |
| AS MULTINACIONAIS E A SEGURANÇA NACIONAL — Ten Cel Inf Ricardo Fernandes | 15 |
| REVOLUÇÃO MUNDIAL? — Prof. Jorge Boaventura | 25 |
| A CRISE DO PETROLEO E SUAS PERSPECTIVAS — Maj Art QEMA Luiz Paulo Macedo Carvalho | 37 |

INFORMAÇÕES

| | |
|---|----|
| O REAPARELHAMENTO DO EXÉRCITO E O PARQUE INDUSTRIAL NACIONAL — Gen Bda Sylvio Octávio do Espírito Santo | 49 |
| POR QUE NÃO "NECESSIDADE DE REFORMAS POSITIVAS"? — Cel Art Everaldo de Oliveira Reis | 57 |
| A PENSÃO MILITAR — HABILITAÇÃO — Gen Bda Murilo Rodrigues de Souza | 63 |
| AS FORÇAS ARMADAS FRANCESAS — Ten Cel Eng QEMA Job Lorena de Sant'Anna | 91 |
| O AGENTE QUÍMICO CS — Capitão Art Antonio Machado de Paiva | 97 |

REVISTAS E JORNais

| | |
|-----------------|-----|
| O DESFILE | 103 |
|-----------------|-----|

Nota Explicativa

AOS LEITORES

Distingüido pelo então Ministro do Exército, General Orlando Getsel, com a lembrança de nosso nome para continuar o magnífico trabalho do General Moacyr Barcellos Potyguara, à testa da Diretoria da A DEFESA NACIONAL, assumimos o cargo, acompanhado de laboriosa equipe, sem desconhecer a responsabilidade que enfrentávamos. Como um dos principais veículos de cultura militar, A DEFESA NACIONAL exige um acurado trabalho de triagem de seus artigos e colaboradores.

Após darmos a lume vários números, muito bem recebidos pelos leitores, imposição maior de serviço afastou-nos do Rio. O novo cargo para que fomos designado — Vice-Chefe do EME — obriga-nos a permanência em Brasília. Essa mudança, não só nossa, mas também, de muitos outros elementos da Diretoria, recomenda nosso afastamento para evitar retardos na edição da Revista, que ficaria com seus diretores e redatores longe da sede, no Rio.

Deste modo, o presente número será o último de nossa responsabilidade.

É, portanto, ocasião de tecermos agradecimentos gerais a quantos colaboraram conosco durante este ano de labor.

Sem citar nomes, deixamos nosso muito obrigado aos colaboradores, ao pessoal da Imprensa do Exército, aos artífices do Gabinete Fotocartográfico, aos funcionários da Revista, aos membros da Diretoria e, particularmente, aos leitores. Que estes continuem prestigiando a nossa Revista, que vive em função deles, a cujas fileiras iremos agora nos filiar com o honroso título de assinante da A DEFESA NACIONAL.

General-de-Divisão ABDON SENNA
Vice-Chefe do EME

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO



DISTINTIVO DE BRAÇO

DESCRICAO: Escudo português em amarelo com uma bordadura em blau, carregado do mapa do Brasil em sinopla e, sobre o mapa, o emblema do Estado-Maior do Exército em prata.

Em chefe, as cores heráldicas do Exército, goles e blau, carregadas com a sigla EME em prata.

A Propósito dos Dez Anos



Defesa Nacional começa e se afirma na manutenção das tradições, dos costumes, da moral e do direito. A principal arma defensiva é o estado positivo de espírito.

Não é de hoje que A DEFESA NACIONAL acolhe e publica artigos de várias origens que, reforçando os espíritos, colaboram para a segurança nacional.

A DEFESA NACIONAL reflete, sem dúvida, a História Militar Brasileira desde 1913, quando foi fundada.

No início, foi o desespero dos fundadores que temiam ver o Exército estagnar-se. Agiram, abrindo uma verdadeira bancada para apresentação de assuntos profissionais e o Exército reagiu positivamente, colhendo ensinamentos da 1ª Guerra Mundial e buscando na Missão Francesa o método racional que lhe faltava para resolver os próprios problemas. Estão em nossa coletânea as páginas amarelecidas dos números de então, testemunhando aquela fase.

Desde que haurido o método, pode-se repetir Napoleão: "A guerra é uma arte simples e toda de execução". O Exército Brasileiro comprovou-o. O método aprendido com franceses funcionou bem, aplicado à técnica dos norte-americanos.

Nosso Exército fez-se representar na 2ª Guerra Mundial e cobriu-se de glórias.

Outros ensinamentos voltaram, então, a encher as páginas da A DEFESA NACIONAL. O Exército abeberou-se em novas fontes e as consequências foram imediatamente retratadas em artigos memoráveis. Conceitos novos foram divulgados pela nossa Revista, que é de todos.

Terminada a guerra, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais foi reaberta e a Escola de Comando e Estado-Maior sistematizou os seus exames de admissão. Frontamente, A DEFESA NACIONAL abriu seus números para orientar alunos e candidatos. Mais uma vez mostrou-se de todos.

Os tempos passaram e o Brasil queria mais progresso. Porém, uma fase negra iria surgir. O comunismo, mimetizado com tons nacionalistas, buscou infiltrar-se nos quartéis e navios, em organizações públicas e privadas, em escritórios e fábricas, em escolas e faculdades, em clubes e igrejas, no campo e na cidade, pregando o ódio e a indisciplina, semeando a subversão e a luta, admitindo a corrupção e o vício, tudo para desagregar e se impor.

A politiquice tentou dividir as Forças Armadas. Não encontrou guarida nos espíritos fortes. Repetimos, como lembrança, o primeiro parágrafo deste editorial:

“A defesa nacional começa e se afirma na manutenção das tradições, dos costumes, da moral e do direito, A principal arma defensiva é o estado positivo de espirito.”

É inegável, pois, que A DEFESA NACIONAL, fortalecendo espíritos, cuidando apenas de assuntos sérios, triando, selecionando, evitando discussões estéreis, debates inúteis, assuntos danosamente aleatórios, prestou sua colaboração,

abriu caminho em muitas áreas para a grande reforma em que se constituiu a Revolução de 1964.

Neste ponto, então, deixa de ser História. Mesmo nossos leitores mais jovens já conhecem esta derradeira etapa. Nestes últimos tempos, enfim, o Brasil faz jus à divisa de sua Bandeira, numa ação espontânea, firme e decidida de governantes e governados.

A DEFESA NACIONAL evoca, com orgulho patriótico, o Movimento que possibilitou a Revolução Brasileira, que, a 31 de março deste ano completou o 1º decênio de produtiva implantação.

De maneira muito simples e cristã, testemunha viva dessas últimas décadas da nossa História, a nossa Revista pede a Deus pela felicidade do Brasil, que se reencontrou há 10 anos, e formula votos de que o Exército, a que nos orgulhamos de pertencer, continue acompanhando de perto, espiritual e materialmente, esta inédita e irrefreável arrancada brasileira.



Agradecemos o recebimento das seguintes revistas:

MILITARY REVIEW — N.º 11

FUERZAS ARMADAS — N.º 206/207

REVISTA MILITARE — N.os 11 e 12

SANEAMENTO — MINISTÉRIO DO INTERIOR

CARTA MENSAL — N.º 226

ESTRATEGIA — N.º 24 (Argentino)

REVISTA DO CLUBE MILITAR — Nov/Dez 73

DEFENSE NATIONALE — N.º 7 F

REVISTA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA

TAM — N.os 256, 257, 258, 259

REVISTA MARITIMA BRASILEIRA — N.os 10, 11 e 12

REVISTA AERONAUTICA — Nov/Dez 73

REVISTA PLANEJAMENTO & DESENVOLVIMENTO — N.º 8

REVISTA DIRIGENTO INDUSTRIAL — Dez 73

REVISTA EJÉRCITO — N.º 408

REVISTA GUION — N.º 380

REVISTA BOINA NEGRA — N.os 81/82

RESUMENES ANALITICOS SOBRE DEFENSA Y SEGURIDAD NACIONAL

Evocação ao Patrono da Engenharia

(Evocação lida por ocasião do Dia da Arma de Engenharia em Brasília em cerimônia na CEO-1 presidida pelo Exmo. Sr. Ministro do Exército General-de-Exército VICENTE DE PAULO DALE COUTINHO.)

Guerra da Tríplice Aliança. Transposição do rio Paraná. Planejamentos difíceis. Ausência de cartas, de esboços e de informações.

Ação preliminar diversionária na Ilha da Redenção. Reconhecimento brasileiro noturno. Desembarque de surpresa, ocupação.

Reação inimiga. Combate violento. Ação combinada da Marinha e do Exército. Foi mantida a posição.

Ilha da Redenção, da Engenharia a afirmação, através dos 100 bravos do Batalhão de Engenheiros e da assessoria da benemérita Comissão do Ten Cel Carvalho, todos, sob a firme e inspirada liderança, do intrépido Tenente-Coronel Vilagran Cabrita, o Bravo dos Bravos, da histórica jornada de 10 de abril de 1866.

Comissão e Batalhão de Engenheiros, artilheiros de Mallet, voluntários e provisórios.

1.º de Voluntários da Pátria de São Paulo, 14.º de Provisórios de Linha, com bravos do Rio de Janeiro e do Norte e Nordeste também. E, até morrer, quando redigida a Parte da Vitória, o bravo Tenente-Coronel Vilagran Cabrita, sempre à frente!

Esta eloquente e inacabada Parte da Vitória, por ordem de Osório, então barão e, a quem era dirigida, foi transcrita em Ordem do Dia, do Exército Imperial do Brasil, em operações na Província Argentina de Corrientes:

“Aguardo ocasião oportuna para dar notícia detalhada a V. Ex.^a, da maneira brilhante de como se comportou nossa tropa.

Entretanto, me apresso desde já, a felicitar V. Ex.^a, por mais este assinalado feito que honra sobremodo as armas aliadas.”

Neste exato momento, um traiçoeiro obus disparado do forte de Itapiro, estancou a narrativa patriótica e vibrante, selada com o sangue do intrépido comandante do Batalhão de Engenharia, chefe, segundo Dionizio Cerqueira que o conheceu, “sempre bom, austero e nobre que todos queriam e veneravam”.

Morte e glória de um bravo, com justa razão, da Arma de Engenharia — o Patrono.

A façanha de Vilagran e de seus seiscentos destemidos infantes, artilheiros e engenheiros, repercutiu em todo o Exército Imperial Brasileiro, em campanha.

E o Batalhão de Vilagran Cabrita, atingia, há cento e oito anos passados, a culminância da glória militar.

Passou a usar estandarte. Foi agraciado com a insignia de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

* * *

Bravo Tenente-Coronel JOÃO CARLOS DE VILAGRAN CABRITA!

Estamos hoje aqui reunidos, parcela expressiva de integrantes da Arma de Engenharia e das Armas Irmãs.

Todos, sob a liderança do Exmo. Sr. General de Exército Vicente de Paulo Dale Coutinho, nosso Ministro e Comandante do Exército, para evocarmos e reverenciarmos tua memória.

Para buscarmos inspiração no teu exemplo, no centésimo oitavo aniversário de tua morte gloriosa.

Inspiração fundamental para nossa luta diária, em prol da construção de uma grande Pátria.

De uma Pátria una, íntegra e soberana, desenvolvida espiritual, moral e materialmente, sob a inspiração e proteção de Deus, enfim, um Brasil Potência Integral!

Bravo Tenente-Coronel JOÃO CARLOS DE VILAGRAN CABRITA!

* * *

Fizestes grande falta quando os Exércitos Aliados tiveram de enfrentar a fortaleza de Humaitá — a Sebastopol americana — por ti delineada como instrumento de defesa, e não de agressão ao Brasil.

Fortaleza finalmente arrasada pelo Batalhão de Ponto-neiros, ao dinamitar suas muralhas e sepultá-las nas águas do rio Paraguai — fazendo vingar, com desnecessário sangue, tua segura visão de Soldado-Engenheiro!

* * *

Bravo Tenente-Coronel JOÃO CARLOS DE VILAGRAN CABRITA!

De caras tradições nas transposições do Juqueri, Mandisovi e Mocoretá, à frente dos bravos do Batalhão de Engenheiros em apoio ao movimento dos Exércitos Aliados.

A eterna e imorredoura gratidão do Exército de hoje, por teu sacrifício supremo, em defesa do auriverde pendão.

Que o teu suor, teu generoso sangue, tua preciosa vida e, sobretudo, o teu histórico e imortal exemplo, continuem a inspirar e a alicerçar o Presente e o Futuro da Arma de Engenharia do Exército Brasileiro.

Engenharia que zela pelo Patrimônio sob a Guarda do Exército, onde Quartéis, Fortalezas, Monumentos e Preciosos Documentos históricos são hoje testemunhas verazes dos trabalhos, canseiras, sacrifícios e glórias das gerações militares que nos antecederam na construção da Pátria Brasileira, num longo processo histórico que já dura quase cinco séculos.

Engenharia das Obras Militares que constrói as instalações de que o Exército necessita. Magníficas como as que nos rodeiam neste Planalto Central onde o Exército se encontra com um Brasil reconstruído e renovado.

Engenharia que colabora de modo assinalado no Mapamento do Território Nacional, contribuindo com valiosos e oportunos subsídios para o Planejamento da Segurança e do Desenvolvimento no Brasil.

Engenharia de Construção que, através das Obras de Cooperação, participa do surto de desenvolvimento, integração e paz social das áreas onde atua.

Seus Grupamentos e Batalhões são autênticos laboratórios e repositórios das técnicas de construção rodoviária.

Engenharia de Combate articulada, bem equipada e instruída para cumprir missões operacionais, quer na frente, quer na retaguarda, nas Zonas de Combate ou de Administração.

Engenharia que se adestra no dia-a-dia de suas atividades, quando constrói, coopera ou opera, evoluída por imposição da atual Conjuntura de Desenvolvimento e Integração em um misto de Soldado da Segurança e do Desenvolvimento do Brasil.

Do Brasil que almejamos construir para nossos filhos e netos. Um Brasil íntegro, cristão e democrata. Um Brasil uno, império da paz, da alegria, do amor e da concórdia.

Engenharia que é fiel ao pensamento de Camões, o poeta-soldado, expressão máxima da poesia portuguesa, pensamento que nos inspira:

"A disciplina militar prestante
Não se apreende, senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando ou estudando.
Senão, vendo, tratando e pelejando."

Engenharia do Exército Brasileiro, herdeira das mais caras tradições do heróico Batalhão de Engenheiros da Ilha da Redenção.

Enfim...

A tua Engenharia,

bravo,
nobre e,
imortal

Tenente-Coronel JOÃO CARLOS DE VILAGRAN CABRITA

*"Mais importante do que a organização e as armas
são os homens que compõem um moderno Exército.
A modernização exige que o soldado seja bem preparado,
alerta e inteligente. Ele deve saber pensar e agir rápidamente e ter versatilidade. E deve saber combater
em condições superiores contra um inimigo acirrado."*

*"Deve possuir, pelo menos em igual medida, a coragem moral e a devoção ao dever demonstrados pelos
seus antepassados".*

As Multinacionais e a Segurança Nacional

Ten Cel Inf
RICARDO FERNANDES
Oficial do QEMA e Bacharel em
Administração

I — INTRODUÇÃO

O domínio econômico, ou mais precisamente o poder sobre os mercados, fontes de produção, serviços e outros setores da economia, por determinada nação ou nações, ou por um grupo ou pela fusão de organizações empresariais, é velho como o mundo. Monopólio, "holding", truste, cartel, monopsonia e outras denominações dadas a tal empreendimento, é, pois, um acontecimento que o tempo não dá conta.

No Cap. 48 do Gênesis há notícia de um dos mais antigos exemplos do poder econômico, quando narra o fato dos bens mantidos e administrados por José do Egito, em benefício do Faraó. Esse fato histórico envolveu o dinheiro circulante, o gado e o trigo. Há, também, na remota antiguidade, o registro de que, entre os anos de 2800 e 2700 AC, os egípcios firmaram um tratado, com uma empresa fenícia, da cidade de Biblos (atual Jbail, no Líbano), para a comercialização exclusiva do papiro egípcio. Foram instalados, naquela localidade, entrepostos para a armazenagem e distribuição do referido artigo. Por outro lado, não é desconhecido que, da pequena faixa litorânea, ao longo do Mediterrâneo, na atual costa libanesa, os fenícios — a quem os gregos chamavam

de "phcini" — partiram, para singrar os mares longínquos, com suas embarcações "mercantes". Estabeleceram eles uma política de transporte (fretes) e de comércio de determinados produtos, auferindo grandes lucros e exerceram um controle absoluto sobre tais atividades, em detrimento de outros povos. De Sidon (hoje Saida) os intrépidos navegadores e inteligentes comerciantes abasteceram o mundo mediterrâneo de madeira (cedros do Líbano), de papel e outros produtos. De Tiro saíram para fundar colônias mercantis, criando e melhorando portos ao longo do Mar Mediterrâneo (Leptis, Utica, Regius, Hippo, Gades, Mônaco — atual — Gagliari, Palermo, etc.) e atingiram ainda na Europa: Portugal, Espanha, França e Itália. Estabeleceram-se perto do Reno, na conhecida cidade de Tréves (Augusta Trevorum), fundaram a cidade-estado de Cartago, no N da África (900 AC, aproximadamente) e foram os primeiros que noticiaram, aos gregos e aos romanos, a existência da Inglaterra. No século VII AC, navegaram em torno do continente africano, partindo de Suez, rumando pela costa N da África, saindo e retornando por Gibraltar. O domínio fenício (comércio e fretes) foi de grande dimensão, para a época, pois atingiu o mundo euro-afro-asiático de então e se constituiu num acontecimento marcante da história econômica da humanidade.

Mais tarde, no século X, vale assinalar Veneza e Gênova como os maiores centros de comércio da Europa meridional, pois o intervencionismo de ambas, neste campo, se estendia à península balcânica, ao Mar Negro e ao de Azov (principalmente após 1204), à Ásia Menor e a outras partes dos continentes asiático e africano. O domínio dessas duas cidades-estado teve seu ponto alto nos séculos XV e XVI, inclusive obtendo o monopólio entre o Oriente e o Ocidente, sendo famosa a viagem do mercador Marco Polo, no século XIII, à China, para um reconhecimento de caminhos e estabelecimento de contatos mais eficientes. O poderio dessas duas "praças" sufocou toda e qualquer concorrência dentro de suas áreas de atuação. Violência, corrupção e coação política e outros meios escusos foram, freqüentemente, postos em prá-

tica. Ainda, durante o século XIV, a bolsa de mercados de Veneza e as Companhias Financeiras de Florença marcaram época como organizações de grande vulto e de intervencionismo econômico. No setor financeiro pode-se acrescentar mais que, por volta de 1525, as "casas" de câmbio e os "estabelecimentos" bancários dos Fuggers possuíam agências por toda a Europa gerindo, com quase exclusividade, as operações financeiras do citado continente.

Dentro do período anterior, no século XII, da era cristã, juntamente com a união dos mercadores da atual Itália, quando surgiram as "comunas", apareceu, também, no N da Europa a "Liga Hanseática". Esta englobava os maiores centros urbanos da Europa Setentrional tais como: Lübeck, Hamburgo, Bremem, Dantzig, Brunswick e Colônia. O poder da Liga Hanseática fazia com que os monarcas a temessem e ela chegou mesma a processar um rei francês e a obrigar um soberano inglês a pagar missas pelas almas de mercadores hanseáticos afogados pelo ataque de barcos ingleses. Já no século XIV, a Liga dominava mais de 100 cidades, indo de Londres até Novgorod, na Rússia, e de Gotlândia, na Suécia, à Cracóvia, na Polônia. Controlou a navegação (transportes e fretes) nos mares e no interior de grande parte da Europa (Rios Reno, Weser, Elba, Oder e Vistula). Monopolizou a pesca no Báltico e o comércio entre o continente europeu e a Inglaterra. O boicote, a opressão, uso da força, perversão e suborno eram processos também empregados pela Liga, até seu declínio por volta de 1670.

Antes, durante e após o século XVII as "companhias coloniais" foram as detentoras do controle dos portos, da navegação e de grande parte dos mercados mundiais e de determinados produtos. As Companhias das Índias (Inglaterra, Portugal e Espanha) a Companhia das Índias Ocidentais e a das Índias Orientais (fundadas por Colbert, na França) e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1650) são exemplos de monopólio. Pode-se acrescentar às mesmas a Companhia do Níger (Sudão) e a Chartered (África do Sul), ambas inglesas, aparecidas mais tarde. Finalmente, o domí-

nio econômico inglês, que perdurou do meio do século passado até o inicio do atual, enfeixa a série de fatos que comprovam o poder econômico exercido por países e empresas, muitas vezes, em detrimento de outros povos, atingindo suas soberanias e cerceando o seu crescimento e o seu desenvolvimento.

II — AS MULTINACIONAIS

Do apanhado histórico, feito "en passant", pode-se depreender que as nações e as grandes empresas monopolizadoras surgiram, cresceram e cessaram de existir, num ciclo natural das coisas deste mundo. Foram inúmeros os óbices que enfrentaram:

- dificuldades de e no controle e coordenação de suas atividades e de suas subsidiárias ("gigantismo");
- fatores adversos de ordem política, social, tecnológica e econômica, internos e externos;
- potencialidades surgentes internas e externas ("concorrência");
- desgaste interno por mudança, afastamento ou desaparecimento de líderes, ou enfraquecimento dos existentes (ordem pessoal);
- etc.

Dessa forma, tais organismos econômicos sempre sofrem uma evolução — em vários sentidos — dentro de uma concepção biológica e, por isso mesmo, todas elas trazem em seus cernes, determinadas características que permanecem incólumes através dos séculos, conforme ver-se-á a seguir.

As multinacionais, também chamadas "trading companies", são conglomerados sob a forma de aporte de capital direto. São, numa compreensão mais simples, empresas compostas de capitais privados que operam em vários países. Para a ONU a multinacional é a "corporação que tenha uma

cu mais sucursais ou filiais estrangeiras", embora tal conceito "possa modificar-se segundo as características e as motivações da referida empresa". O seu caráter oligopolístico está estreitamente vinculado ao seu tamanho. Verifica-se, portanto, que a formação e operação de tais organizações não fogem, em seus traços principais, às suas congêneres que vieram surgindo, no tempo e no espaço, no mundo.

No sentido de nacionalidade uma multinacional pode, algumas vezes, se constituir numa entidade multilestatal, dependendo da responsabilidade e amparo oficial que possa receber do país de onde se originam os capitais que a compõem. No entanto, há opiniões que a multinacional, mesmo recebendo o apoio de determinado governo, por estender suas atividades em diversas nações e por agir segundo seus próprios interesses de lucro e em proveito dos seus maiores acionistas (pessoas físicas), deixa de representar o país que a ampara. Parece que, na verdade, tudo dependerá da forma e da estrutura política do governo que possua interesse na empresa.

No Brasil existem inúmeras organizações com a quase totalidade de seu capital alienígena, normalmente sob a forma de investimentos. Controlam os variados setores de produção e grande parte da exportação, tais como: automóveis, carnes (frigoríficos), manufaturas diversas e outros setores. Somente as de origem norte-americana participam na exportação de manufaturados brasileiros com 42%. O Reino Unido, a Alemanha Ocidental, a França e o Japão se seguem como maiores participantes. É de se assinalar que a rede das multinacionais abrange o mundo inteiro, com maior concentração nas economias de mercados desenvolvidos, embora um terço das inversões tenha se situado nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, por meio das denominadas "filiais".

Existem inúmeros trabalhos, estudos e opiniões sobre as multinacionais emitidos por pesquisadores, pessoas credenciadas, organismos hábeis e em pronunciamentos de caráter oficial de diversos governos do mundo. Recentemente, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU elaborou

e publicou um trabalho — "As Corporações Multinacionais e o desenvolvimento Mundial" — onde o aspecto político-monetário, os níveis de atrito entre as empresas e os governos, as diferenças de critérios fiscais, a influência na produção e nos mercados internos, a questão de preços e de soberania nacional são, entre outros, os principais assuntos abordados. Verifica-se que as multinacionais, pelas implicações que possuem nos campos econômico, político (interno e externo), psicossocial e, até mesmo, no aparelhamento e na tecnologia militar, vêm a se constituir um problema de Segurança Nacional. Abordar-se-ão, a seguir, alguns tópicos de importância de assuntos relacionados com as multinacionais para o estabelecimento da correlação e influência das mesmas nos diversos campos do poder.

1. Desenvolvimento interno

As multinacionais favorecem o desenvolvimento interno por proporcionar uma maior comercialização e, em consequência, maior número de trocas (internas e externas), o que vem a provocar o crescimento dos mercados e da produção.

2. Operações diretas na exportação

As empresas de tal característica dão maior agilidade para determinadas operações diretas com outros países produtores, devido à existência de uma concentração e uma mesma "arrumação" dentro de uma mesma ou determinada organização. A experiência, os mercados que abrangem e a disponibilidade de recursos, sob os mais variados aspectos, facilitam a colocação dos produtos nas diversas partes do mundo e operações financeiras "triangulares". Essa característica tem influência na política cambial e fiscal dos países onde tais operações possam ocorrer.

3. Influência sobre a produção

Segundo seus interesses de mercado, as multinacionais podem conduzir a uma diminuição da produção de um ou

mais artigos que exploram, ocasionando desemprego e desestímulo de determinadas fontes e, até mesmo, seu desaparecimento. Como aspecto positivo, as multinacionais podem liberar os fatores da produção para seu emprego em outros setores. Finalmente, não é incomum que interesses de melhores mercados externos façam escoar para eles um ou mais produtos, ocasionando falta no país produtor, com consequências econômicas para a população local e insatisfação social.

4. Competição

Tais organismos podem restringir ou mesmo eliminar a competição. O motivo do lucro e a luta da concorrência, aliados a uma tecnologia melhor em face de maiores possibilidades de capital e de "know-how", propiciam tendência acentuadamente monopolística, sufocando concorrentes e trazendo subordinação.

5. Iniciativa privada

As multinacionais podem provocar a eliminação do caráter regenerador da iniciativa privada. Elas "não têm que recriar, constantemente, os seus lucros com atividades que, sob a influência refrescante da concorrência, poderiam trazer benefícios à sociedade.

6. Controle dos preços

É difícil ser provado a chamada existência de um sistema de preços menos flexível — controle de preços — trazido por algumas dessas empresas. Essa é uma conclusão do economista Edward S. Mason. As multinacionais, em muitos casos, dão um melhor sustento da estrutura geral do mercado, podendo resultar num preço mais seguro e mais firme para um ou mais produtos, embora nem sempre seja possível mensurar tal fato, de imediato. Em contrapartida, por serem tais organizações monopolizadoras, poderão impor o preço que mais lhes convenha.

7. Poupança

As poupanças que são maiores nos lucros das multinacionais, não são, totalmente, reinvestidas no setor da produção que monopolizam. O investimento adicional pode, muitas vezes, incrementar a produção, reduzir os preços e os lucros, solapando, dessa forma, a própria fonte dos lucros: as multinacionais (Paul M. Swessi).

8. Tecnologia

Muito embora os meios e formação das empresas multinacionais sejam baseados em uma tecnologia mais avançada, que é transmitida ao pessoal do próprio país onde se localizam, por outro lado, a falta de pressão competitiva pode impedir a introdução de novas técnicas, com prejuízo do adiantamento dos países onde tais empresas exerçam suas atividades. De qualquer forma, nas nações subdesenvolvidas o pessoal nacional se beneficia com a aprendizagem e com o domínio de técnicas mais avançadas.

Ainda sob o aspecto da tecnologia cumpre acrescentar que sendo ela uma atividade de alto custo, as empresas, normalmente, centralizam a pesquisa em um só local e, quase sempre, de onde se originam a maior soma de capitais. Isso implica em que as nações que não possuam uma tecnologia avançada e aprimorada, se obrigam a pagar direitos pela utilização de métodos e processos e, até mesmo, por instrumentos oriundos do exterior. É uma forma de dependência e causadora, indireta, de desajustes sociais e descontentamentos.

9. Empregos

O nível de empregos flutua muito devido às injunções do mercado internacional, e, em menor escala, do interno, trazendo consequências sociais. Além disso, a "mão-de-obra" alienígena tem melhores condições de salários e posicionamento em relação a local, trazendo tal desnível ressentimento-

tos, reclamações, protestos por parte dos nacionais, servindo de exploração política. Apesar disso, as multinacionais não deixam de contribuir para maior número de empregos da grande massa.

III — CONCLUSÃO

As multinacionais apresentam, conforme se constatou, vantagens ponderáveis e desvantagens de grande magnitude para os países onde se instalaram. Segundo a ONU, as multinacionais trazem em si "dimensões políticas e sociais de repercussão nas nações onde operam". As desvantagens que oferecem poderão ser atenuadas, ou até mesmo anuladas, por uma legislação acauteladora específica, mas não impeditiva de sua instalação, pela lisura dos que a aplicarem e a fiscalizarem e por uma compreensão popular sobre tais empresas. Políticas de câmbio, de crédito, fiscal e social devem ser adotadas pelo Governo, de modo a que este possa se sobrepor a uma ou mais dessas grandes empresas que se instalaram e se instalem no país, eliminando o risco que possam vir a se constituir, em que pese o gigantismo que se aproxima das citadas entidades que, por volta do ano 2000, poderão ter o controle de mais de 50% da produção mundial.

Sendo o mundo de hoje a tão decantada "aldeia global", assim transformado pelos meios de comunicações e pelos transportes, não existe, praticamente, barreiras sob vários aspectos (moda, artes, comércio, etc.) entre as nações, mas, nem por isso, cada país (uns mais e outros menos) se exclui na adoção de medidas acauteladoras, visando o resguardo e a manutenção de seus objetivos nacionais, disciplinando tais veículos de globalização, para uso interno. O mesmo não deve deixar de ocorrer com as multinacionais, cujo tratamento exige — é bom repetir — uma regulamentação pertinente que consulte os interesses pátrios e uma vigilância constante, para a preservação dos referidos interesses.

Revolução Mundial?

Prof. JORGE BOAVENTURA

De há muito que, pelos quadrantes do mundo sopram, cada vez mais violentamente, os ventos daquilo que tantos chamam de "Revolução". No bojo desse vendaval acotovelam-se representantes das mais variadas atividades e das mais diferentes qualificações quanto a crenças e ideologias. Assim, compondo a multidão ululante e iconoclasta, podemos encontrar teorizadores políticos, filósofos idealistas e materialistas-dialéticos ou não — romancistas, teatrólogos, cineastas, poetas, jornalistas, artistas plásticos, teólogos, atores, sacerdotes de diferentes confissões religiosas, ativistas políticos, compositores, cantores, burgueses bem instalados na vida, parlamentares, humanistas, todos a auto-rotularam-se, implicita ou explicitamente, de "progressistas", e a rotularem-nos a nós outros, que ousamos suscitar algumas dúvidas ou a opor certas ponderações, de "conservadores", "superados", "antiquados" ou "reacionários". E há, sem dúvida, duas coisas que, desde logo, merecem a nossa atenção e a sua atenção, leitor: de um lado, a ingenuidade, que chega a ser fatástica, com que muitos dos que não compõem o furacão "renovador", aceitam o rótulo de "conservadores" como se, em um mundo vivo, dinâmico e objetivamente em transformação, alguém pudesse, em sã consciência, pretender manter-se imóvel. Não se dão conta, os ingênuos, de que no rumo do progresso, há muitos caminhos para serem trilhados — não só e exclusivamente o que envereda pela destruição impiedosa e sem alternativa provadamente válida, dos valores que embasaram a civilização ocidental. E de que, dentre aqueles caminhos,

muitos podem partir de valores, estes sim, provadamente fecundos e criativos da civilização cristã. E dizemos que provadamente criativos porque foi, incontestavelmente, a partir deles, que a humanidade conheceu a mais portentosa civilização jamais registrada pela História. E tal constatação, caro leitor, não é de caráter opinativo, mas representa indiscutível matéria de fato.

O segundo dado que, desde logo, nos chama a atenção, está representado pela circunstância de, não obstante os variados matizes e convicções ou tendências confessadas dos agentes da tal "Revolução", todos revelam a presença de um denominador comum entre eles ao aceitarem, sem exceção, prazerosamente, o tópico de "progressistas".

Consideradas as diferentes fontes de inspiração em que se abeberam, algumas até ao menos explicitamente, não apenas diferentes, mas mesmo antagônicas — como é o caso de certos religiosos "progressistas" e de comunistas ou socialistas, convictos do materialismo dialético — algo haverá de explicar a presença de tão heterogêneo amálgama, constituindo uma só confraria: a confraria dos supostos proprietários exclusivos do futuro, por mais diferentes que possam ser os seus objetivos no mesmo, arautos peregrinos de um mais do que suspeito "progresso". E tal denominador, caro leitor, em nossa opinião, não é outra coisa senão, precisamente, o afã em que todos se acham empenhados, *não propriamente em construir algo* mas, ao menos até aqui, *em destruir algo*. E esse algo que tentam destruir, conscientemente ou não, é a civilização a que pertencemos.

Por isso investem contra ela. Por isso semeiam a enlouquecedora confusão em que vai mergulhando o Ocidente, no qual, até os valores estéticos se embaralham, na promoção de tudo que é produzido no campo artístico, que possa everter, subverter, confundir a sensibilidade do público, perplexo e atordoado diante da catadupa de monstros que lhe são apresentados como obras de arte; ou chocado com a insistência na apresentação de tudo que possa representar a anima- lização mais crua e mais brutal dos instintos. A longa e difi-

cil luta pela disciplina dos mesmos, condutora das delicadezas que tornam agradável o convívio entre as criaturas no seio da civilização e todo o produto sublimado daquela disciplina, em expressões sutis e refinadas de criação intelectual e artística, são mantidos sob a agressão de um mar de pornografia e de licenciosidade, que a famosa "new left", ala promovida e atuante da intelectualidade norte-americana, tenta racionalizar e justificar sob o manto do que chama de "permissividade". Isso nos EUA, guardião e baluarte da civilização cristã... Entre nós, dedicam-se ao mesmo trabalho os comunistas militantes, os burgueses "blasés" e distraídos e todos os que anseiam pela promoção que a experimentada malícia dos primeiros e a rombuda estupidez dos segundos sempre e prontamente propiciam aos que querem aparecer e prosperar rapidamente, sob os rótulos de "intelectual progressista" ou "artista de vanguarda". Trata-se, pois, de algo que reedita, em escala gigantesca, a velha história do traje novo do rei. Por via das dúvidas e para maior clareza, não obstante seja uma história antiga, permitir-nos-emos resumir-a em seguida: "Era uma vez um rei, muito ingênuo e muito vaidoso, que recebeu a visita de dois espertalhões, os quais se diziam habilíssimos alfaiates; tão hábeis e extraordinários que teciam o tecido para a confecção dos trajes que elaboravam, e o faziam com tal sutileza, inteligência e gosto superiores, que somente as pessoas finas e intelectuais conseguiam enxergar o tecido e as roupas dele feitas. A única condicionante para a elaboração de tal maravilha consistia na exigência do fornecimento de fios de ouro, os únicos adequados à prática de tão sublime arte.

"Ouvindo a história, o rei, ingênuo e vaidoso, imediatamente encomendou um novo traje para desfilar com ele na grande festa do seu reino, a realizar-se dali a poucos dias, mandando, naturalmente, fornecer aos espertalhões o ouro que eles, na verdade, com exclusividade, desejavam. E a notícia espalhou-se pelo reino, despertando as atenções de todos. Durante as provas da sua nova roupa, o rei se defrontava com os meliantes que, de mãos vazias, lhe diziam coisas assim: Veja V. Majestade, a sutil delicadeza do tecido do

seu manto, e a sublimada beleza dos motivos que o seu desenho apresenta! E Sua Majestade, sem ver coisa alguma, mas sem querer passar por estúpido ou inculto, concordava em que tudo estava uma maravilha e ordenava o fornecimento das novas quantidades de fios de ouro que os velhacos exigiam para a continuação do "trabalho". Finalmente, chegado o dia do grande desfile, a multidão se comprimia nas calçadas para vê-lo e, sobretudo, para ver a maravilha do novo traje real. E foi dentro dessa expectativa da multidão que a folhas tantas o rei surgiu sob o seu pálio... em cuecas. Claro que todos perceberam que o rei estava em trajes menores, mas como ninguém queria passar por estúpido ou por inculto, eram de ver-se as expressões como: Que maravilha! Como é belo, embora complexo e util, o novo traje de Sua Majestade! E assim por diante, pois todos queriam a condição de... "intelectuais", de "progressistas", de "pessoas de vanguarda". E a mistificação só foi desfeita quando uma criança, do colo de sua mãe, e em sua pureza que não reivindicava os rótulos de "intelectual", de "progressista" ou de "vanguardeiro", exclamou: "Chi! o rei está de cuecas!"

Essa pequena história, caro leitor, nós nos atrevemos a contar-lhe, ocupando o seu tempo e a sua benevolência, por nos parecer que nos dias que correm, no grande desfile da História, de que somos todos participes, queiramos ou não, o rei e a multidão que assistia ao cortejo simbolizam, respectivamente, a burguesia "blasé" e as massas aturdidas que, hoje, para não passarem por estúpidas, ou melhor, por "reacionárias" ou "quadradas", permanecem paralisadas, diante da audácia petulante dos novos "alfaiates" representados, ao menos em grande parte, pelos comunistas e seus aliados de variado matiz. O ouro constituído pelo nosso acervo cultural, os tesouros acumulados a partir dos valores, e os próprios valores que embasaram a nossa civilização e que permitiram o seu desenvolvimento até aqui — é necessário que se proclame — estão longe de ter esgotada a sua potencialidade. O que ocorre é que estão sofrendo o ataque coordenado de todos quantos, em troca do rótulo de "progressistas", salário que lhes é pago pela sinistra maquinção dos inimigos do

Ocidente, tentam fazer jus a tal salário, pelo arrombamento do barco em que, entretanto, navegam também. E o pior é que, juntos com eles socobrarão os que, compondo uma imensa e esmagadora maioria, sentem que há algo errado, que qualquer coisa ameaçadora paira no ar mas, confundidos pela atoarda dos serviços "progressistas" da Grande Mistificação, permanecem estáticos e inoperantes diante do problema. Tanto mais quanto suas vozes, caso levantadas, seriam imediatamente abafadas sob os apodos de "reacionário", "conservador", "ultrapassado", etc.

São os componentes da famosa "maioria silenciosa", que efetivamente existe. A maioria que trabalha e produz, composta de pessoas de boa-fé, sejam elas trabalhadores dinâmicos e produtivos, empresários audazes e brilhantes, artistas e intelectuais de talento não negociável, que vêm em suas consciências mais um tribunal do que um balcão.

É a multidão através de cujos componentes, ainda que muitas vezes inconscientes do fato, continua a revelar-se a tremenda potencialidade dos ideais cristãos, de colaboração pacífica, de otimismo confiante, de solidariedade desinteressada, enfim, da disposição que se espalhou pelos quadrantes da Terra, a partir da mensagem suave do rabbi, filho de um carpinteiro, que, há dois mil anos, veio ao mundo na pequenina e distante Belém de Efrata. Os ideais que Ele semeou estão presentes no amor que se revela, mesmo que às vezes não explicitamente, através da ação das mentes sadias e dos corações desarmados. As paixões desenfreadas, os impulsos iconoclastas, as atitudes sem humildade e cheias de agressividade e empáfia, elas sim são reacionárias, pois compõem a revivescência da face do ódio e da brutalidade, imperantes nas épocas pretéritas, que precederam a Suave Mensagem, anunciada há quase dois mil anos. Não importa que os pregueiros de tais paixões queiram impingi-las, no bojo da Grande Mistificação que encenam, como sintomas de um processo histórico, supostamente natural e inevitável, que denominam de "a Revolução".

Em seguida, amigo leitor, tentaremos demonstrar que, de fato, o tal "processo histórico natural e inevitável", tal "Revolução", felizmente não passa de perigosa e trágica mistificação.

Algumas provas da mistificação

Já pelo título acima, o leitor entenderá que, dentro dos limites de um artigo, não podem caber todos os argumentos que servem à prova da mistificação que estamos tentando denunciar. Por isso, desde logo se impõe distinguir, no bojo da mesma, os principais elementos propulsores, descartando os menos característicos e os de menor importância. Assim, desprezaremos, desde logo, os elementos de corrupção intrínsecos à nossa própria sociedade e decorrentes da natureza dual e falível do Homem, na qual coexistem, sempre e necessariamente, elementos positivos e negativos, o Bem e o Mal. Nessa categoria estão todos os erros, injustiças e distorções com respeito aos valores fundamentais de nossa cultura, não claramente produzidos, ainda que, freqüentemente, estimulados ou agravados, pelas forças e pelos agentes do que estamos denominando de Grande Mistificação. Ocupar-nos-emos, então, apenas das ações produzidas por tais agentes, por intenção plenamente consciente ou por equívoco e, ainda assim, descartando as de influência visivelmente limitada. É o caso, por exemplo, das tentativas de racionalização de tendências regressivas a uma crua bestialidade, divulgadas através do pensamento dissolvente de Marcuse. É o caso, ainda, do pensamento pseudocientífico de Teilhard de Chardin, elaborado, complexo, talvez mesmo majestoso e poético, que tanto impacto causou em alguns poucos ambientes científicos e, especialmente, em certos meios religiosos.

Não obstante, em que pesem a sua elaboração e aparente grandiosidade, o pensamento de Teilhard de Chardin (*) começa por pecar, quando analisado em profundid-

(*) Pierre Teilhard de Chardin — (1881 — 1955). Sacerdote jesuíta de nacionalidade francesa. Paleontologista, filósofo e teólogo, teve divulgadas, após sua morte, as seguintes obras: "Le Phénomène Humain"

dade, pela ausência de originalidade. De fato, a filosofia por ele elaborada se funda inteiramente, como a de Bergson, na admissão de um postulado evolucionista inicial. A diferença em relação ao pensamento bergsoniano consiste na admissão de que a força evolutiva teria caráter universal, atuando sobre todas as coisas, das partículas elementares às galáxias. Não existiria, assim, nenhuma matéria inerte, não existindo, portanto, em essência, distinção alguma entre matéria e vida. Pode ser percebida nitidamente, já aí, a subjetividade da posição, claramente animista, de Teilhard de Chardin, o qual, entretanto, quis dar caráter científico e supostamente objetivo ao seu sistema. Daí a necessidade de conceber de maneira peculiar a energia que, segundo ele, distribuir-se-ia segundo dois vetores, um dos quais seria a energia comum, tal como a concebemos, e o outro corresponderia a uma certa "força evolutiva de ascensão". Por essa forma, a biosfera em geral e o Homem em particular seriam o resultado do estágio atual de ascensão ao longo do "vetor espiritual da energia".

Tal ascensão, ainda segundo Teilhard, deverá prosseguir até que toda a energia esteja concentrada segundo aquele vetor, quando, então, estaria alcançado o que ele chamou de "ponto ômega".

É possível perceber, através do resumo acima do pensamento de Teilhard de Chardin, que, basicamente, ele representa um esforço por introduzir a posição animista através de uma concepção universal, em acordo com a qual a evolução, da biosfera, até ao Homem, integrar-se-ia, sem diferenciação, no processo evolutivo do Cosmos em geral. Essa concepção, positivamente, não é original. Nós podemos encontrá-la, nítida e inofismavelmente, no cerne do positivismo spenceriano e

— 1955: *L'Aparition de l'Homme* — 1956: *La Vision du Pané* — 1957: *Le Milieu Divin* — 1957: *L'Avenir de l'Homme* — 1959: *L'Energie Humaine* — 1962: *L' Activation de l'Energie Humaine* — 1963.

Ao contrário do que muitos supõem, dada a condição clerical do autor, a obra de Teilhard de Chardin não exprime o pensamento de Roma que, até agora, por nenhuma forma, comentou as hipóteses por ele levantadas.

no âmago mesmo do materialismo dialético de Marx e Engels (*) — e isto para falar, somente, no pensamento filosófico do Ocidente.

Daí, da sua complexidade e das similitudes acima apontadas, as confusões causadas pelo pensamento de Teilhard de Chardin, em certos meios "intelectuais" e religiosos, menos amigos das atividades intelectuais do que seria de desejar-se.

Parece-nos razoável concluir, pois, que tal pensamento, do ponto de vista filosófico, não tem originalidade e, do ponto de vista científico, não apresenta qualquer consistência.

Vejamos agora, então, o que nos parece, sem sombra de dúvida, ser o principal elemento propulsor, ao menos o principal elemento propulsor ostensivo e explícito, do que consideramos seja a Grande Mistificação, a trágica impostura do nosso tempo. Estamos nos referindo ao comunismo materialista e ateu, também supostamente "científico", fundado no famoso materialismo dialético de Marx e Engels.

Não poderemos, ainda neste particular pretender expor todos os argumentos, definitivamente válidos, que podem ser levantados contra ele. Assim, por agora, tentaremos limitar-nos a algumas considerações que, entretanto, nos parecem suficientes para entremostrar a trágica farsa em que se constitui aquele elemento suscitador de tantas e tão fanáticas dedicações supersticiosas, sobretudo no seio da juventude.

Enfrentemos, em primeiro lugar, o próprio fulcro da questão, consistente na pretensão da ideologia marxista de possuir caráter científico.

(*) **Friedrich Engels**

Filósofo alemão nascido em 1820 e falecido em 1895. Foi o principal colaborador de Marx na elaboração do Materialismo Dialético. Pode dizer-se, mesmo, que tal elaboração foi realizada a quatro mãos, embora o próprio Engels haja escrito que, em tudo que representou criação, todo o mérito deve ser atribuído a Marx. Com este, escreveu o famoso "Manifesto Comunista", aparecido em 1848. Deixou várias obras, entre as quais: "Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico"; "Anti-Dühring"; "Dialética da Natureza" e "O Fim da Filosofia Clássica Alemã".

Não deve ser confundido com o gigante do idealismo alemão, Hegel, do qual ele e Marx, embora invertendo-a, aproveitaram a concepção dialética.

Essa pretensão é a causa de tantos fanatismos e da empáfia intelectual dos sectários dessa nova superstição, que a todos os demais consideram alienados.

É bem sabido que a dialética marxista, ela mesma, é o resultado da inversão da dialética hegeliana. Realmente, a prova do afirmado, se fosse necessária alguma prova, poderia ser encontrada nos próprios Marx e Engels.

De fato, em sua obra "O CAPITAL", Marx afirma: ... "O meu método dialético não é apenas diferente do método dialético de Hegel mas representa, exatamente, o seu contrário. Para Hegel, é o processo mental o criador do real e este é só uma manifestação externa da Idéia. Para mim, pelo contrário, o ideal não é outra coisa senão o material transportado para dentro da cabeça humana". De maneira ainda mais clara, podemos ler de Engels, em sua obra "LUDWIG FEUERBACH", a seguinte e categórica afirmação: ... "Agora, colocamos os conceitos dentro da nossa cabeça, em forma materialista, como imagens de coisas reais, em vez de ver as coisas como imagens deste ou daquele estágio de desenvolvimento do conceito absoluto... Deste modo, a dialética do conceito converte-se, simplesmente, em um reflexo consciente do movimento dialético do próprio mundo e a dialética de Hegel é colocada direita, ou melhor, volta-se-lhe a cabeça para os pés".

Permita-nos o leitor, agora, lembrar que a dialética hegeliana partia da admissão de uma Idéia Absoluta, como única realidade verdadeira e permanente, e que em sua Filosofia da Natureza, considerava Hegel o Universo como sendo uma exteriorização dessa Idéia, não representando a evolução do mundo, tanto na Natureza quanto na História, senão o reflexo da sua atividade. E é perfeitamente compreensível para quem aceite, como ponto de partida, que a única realidade permanente é a Idéia, não sendo tudo o mais senão uma sua exteriorização, que as leis gerais que governam o Universo podem e devem ser buscadas, subjetivamente, na identificação das leis que regem a atividade daquela Idéia. Tais leis são dialéticas, logo, as leis que regem o Universo teriam que

ser dialéticas, eis que o Universo não é outra coisa senão o resultado da exteriorização da Idéia Absoluta, que procede dialeticamente desde o princípio, ao autodeterminar-se nas "categorias", a começar da primeira e mais geral, o "ser" puro, a partir da qual, procedendo por negação, o "não ser", alcança a primeira síntese, o "devenir". Até aí, muito bem porque, repetimos, Hegel parte da admissão da existência, como única realidade permanente, do que chamou de Idéia Absoluta.

Era, então, como justificar a famosa inversão da dialética hegeliana, operada pelos "socialistas científicos" Marx e Engels? Hegel postulou a existência do Conceito Absoluto, postulou que o Universo não era mais do que a sua exteriorização e, ao identificar como sendo de natureza dialética as leis que regem a dinâmica do pensamento, concluiu com muita lógica que as leis que regem a dinâmica do Universo, exteriorização daquele pensamento, seriam também dialéticas.

O que fizeram, então, os nossos inefáveis "cientistas" Marx e Engels interessados, não em Ciência, mas na tremenda dinâmica da concepção dialética, na qual vislumbravam a ferramenta de que tinham necessidade para realizar os seus impetos revolucionários tão bem revelados pelas conhecidas expressões de Marx: "a Filosofia, até hoje, tem se limitado a explicar o Universo. Precisamos, agora, fazê-la transformar o Universo"? Conservaram, tais e quais, as leis subjetivas, exatamente como conhecidas por Hegel, porém pespargaram-nas em um Universo que, para eles, era exclusivamente material. Com isso, queiram ou não os fanáticos do marxismo, limitaram-se a fazer uma projeção animista escandalosamente clara, sem qualquer compromisso sério com os atributos da atitude científica, a começar pelo postulado da objetividade.

Sobre tal "geringonça", conceberam a sua famosa "lei dos contrários", por sua vez alicerce indiscutível da teoria da luta de classes como motor necessário das transformações sociais, base do outro "bicho-papão", que os comunistas cos-

tumam brandir com desenvoltura surpreendente e chamado Materialismo Histórico.

Leitor amigo, por agora e para terminar, diremos apenas que, já no plano teórico, e pela sua origem totalmente arbitrária, carece a tal "lei dos contrários", de qualquer idoneidade científica. No plano objetivo das pesquisas, muitos resultados já mostraram, de forma irrecusável, fatos absolutamente inconciliáveis com a referida "lei". Dentre eles, por exemplo, o representado pela teoria dos genes como determinantes invariáveis através das gerações e, inclusive, através das hibridizações. Por outro lado, o princípio da identidade rejeitado, *et por cause*, pelos materialistas dialéticos, modernamente já não pode, sequer, ser encarado como mera regra prática para o espírito, mas encontra expressão objetiva em um dos postulados fundamentais da Física moderna, consistente na afirmação da *identidade absoluta* entre dois átomos que se encontram no mesmo estado quântico. Para terminar por agora, diríamos que o estudo do código genético mostra hoje, irrecusavelmente, que a "informação", nesse código, tem um só sentido, não sendo observada nem concebível a transmissão da informação no sentido inverso.

As células, pois, são máquinas no claro sentido cartesiano, para surpresa e escândalo dos materialistas dialéticos que tomaram conhecimento do fato.

Tal é, caro leitor, a qualidade do facho com que têm tentado desencaminhar os nossos jovens, confundir e embalar o aperfeiçoamento e o progresso mundial, derramando tanto sangue! Revolução Mundial?

Será justo, permanecermos calados?

A Crise do Petróleo e Suas Perspectivas

Maj Art QEMA
LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO

1 — ANTECEDENTES

Embora à primeira vista, o conflito entre árabes e israelenses ou o confronto da cultura Oriental com a Ocidental seja apontado como o fator determinante da crise de petróleo hoje enfrentada pelo mundo, suas raízes são antigas.

O inevitável quadro atual do cenário político-econômico mundial nada mais é do que a dramatização do inicio do epílogo, há muito esperado, de um processo lento e longínquo, a que a humanidade assistia impassível sem se preparar oportunamente para atenuar os seus efeitos ou buscar soluções alternativas.

A causa mediata da presente crise, ao que tudo indica, reside não propriamente em fatores econômicos e políticos, mas no "gap" entre o desenvolvimento científico-tecnológico (material) e o sub-desenvolvimento moral da civilização moderna, o qual na opinião de Toynbee urge ser reduzido.

Este "fossor", entre outras coisas, dividiu o globo terrestre em dois hemisférios — o Norte rico e o Sul pobre — propiciando ao mais abastado um crescimento a pleno emprego com um cômodo desperdício de riquezas oriundas do menos favorecido.

O uso do petróleo como arma político-econômica pelos árabes, em particular, e pelos demais exportadores de óleo bruto, em geral, cujo sucesso a curto prazo é inquestionável, traduz uma reação parcial dos produtores de alimentos, de matérias-primas e fornecedores de mão-de-obra baratos à exploração secular oligopolística de poderosas empresas multinacionais, representantes dos interesses de países altamente industrializados.

O próspero hemisfério Norte industrializado há muito dita os preços de mercado no intercâmbio com o desprotegido Sul produtor de recursos naturais, taxando a valores baixos a importação de alimentos e matérias-primas e a sempre crescentes cotações a exportação de produtos manufaturados.

Como fruto dessas iníquas relações de troca desenvolveu-se a sociedade de consumo que está cada vez mais a desperdiçar riquezas naturais, sem tomar consciência dos admissíveis limites a atingir e dos prováveis reflexos futuros.

Anteriormente à crise, os altos custos de produção de um barril de óleo nos EUA (US\$ 1,75), na Indonésia e União Soviética (US\$ 0,80) e na Venezuela (US\$ 0,50) eram largamente compensados pelos baixos custos alcançados na Arábia Saudita (US\$ 0,20) e no Kuwait (US\$ 0,10). (Há que se ressaltar a contribuição dada generosamente pela natureza no Kuwait, onde a alta pressão dos gases nos poços faz o petróleo jorrar direto para os oleodutos, dispensando bombeamento, o que sem dúvida contribui para o barateamento dos custos de produção).

De 1945 a 1960, o consumo mundial de petróleo cresceu à razão de 4% ao ano. Na década de 60, subiu para 6% ao ano. Daí para cá mais do que duplicou, devendo atingir a média de 145 milhões de barris por dia. Em quinze anos se consumiu mais petróleo do que em toda a existência da humanidade.

Em resposta ao extravagante consumo mundial a preços baixos de um produto nobre, sob a iniciativa da Venezuela, em 1960, surgiu a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), integrada por onze membros dos quais quatro não árabes — Irã, Indonésia, Nigéria e Venezuela, a quem se pode atribuir a responsabilidade pela ativação da crise.

Em 1968, seguiu-se a criação da OPAEP (Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo), que congrega a Arábia Saudita, a Argélia, o Abu Dabi, o Bahrein, o Dubai, o Egito, o Kuwait, a Líbia, o Qatar e a Síria.

Detentores de 60% das reservas mundiais provadas de óleo cru e protegidos pela crescente demanda do produto, os membros da OPAEP cartelizados aumentaram os custos de produção, forçando uma acentuada elevação dos preços médios internacionais do petróleo, além de reduzirem a extração e imporem embargos a determinados países consumidores. A participação dos países exportadores nas vendas, estimada em 1948, 1952, 1960 e 1972, respectivamente em 18%, 32%, 50% e 70%, deu um vertiginoso salto no ano de 1973 (quase 100% em relação a 1972), com a cotação do barril em torno de US\$ 5,00.

Acompanhando a escalada dos produtores árabes, a Venezuela subiu em 56% o preço do barril, a Indonésia em 20%, a Nigéria o dobro e o Canadá cinco vezes mais.

Na verdade, a composição do preço do barril de petróleo árabe é a seguinte:

| | |
|---|-----|
| — custo de produção e lucro do revendedor | 36% |
| — impostos e "royalties" | 64% |

Espera-se que o preço médio internacional do barril, até meados de 1974, estacione em torno de US\$ 10,00.

Não paira dúvida, pois, que os artificiais preços do petróleo estimularam o seu hiperconsumo, bem como o abandono e o desestímulo à pesquisa de outros combustíveis ou fontes de energia. A crise resultou, portanto, como uma réplica normal a este desafio.

Face ao dom da ubiquidade do petróleo na vida moderna, a crise ganhou dimensões alarmantes em todo o mundo e, especialmente, nos países industrializados que gozavam as delícias do oligopólio das empresas multinacionais.

Os EUA, apesar de figurarem nas estatísticas como o maior produtor de petróleo do mundo (11,2 milhões de barris diários), ante o excessivo consumo interno (17 milhões de barris por dia) desde 1948 tornaram-se importadores. Seis por cento da população do globo, os norte-americanos, gastam o equivalente a um terço do consumo mundial de petróleo, atualmente importam mais de 30% do produto, com tendência a chegar aos 50% por volta de 1980. Os Estados Unidos dependem em 11% dos exportadores de petróleo árabe.

A Europa, à exceção da Rússia, e o Japão que importam respectivamente 90% e quase 100% de petróleo para atender à demanda crescente de seus parques industriais, são dependentes em grande parte dos fornecedores árabes. A Europa, cujo maior consumidor é a Alemanha, está na dependência dos árabes para obter 72% do petróleo de que necessita.

O abastecimento do Japão é garantido em 80% pelos árabes.

A China, que a partir de 1966 intensificou o desenvolvimento da indústria petrolífera, começa a despontar no mercado internacional. Fontes credenciadas revelam que, no segundo semestre de 1973, produziu 600 mil barris de derivados de petróleo, tendo exportado 3 milhões de litros de nafta para Hong Kong e um milhão de toneladas ao Japão.

2 — REFLEXOS

Os reflexos da crise far-se-ão sentir em todo o mundo, nos campos econômico, militar, psicossocial e político, de maneira e intensidade diversificadas, a curto e a longo prazos.

Como assevera a sabedoria popular "não há mal que sempre dure, nem bem que nunca se acabe". Assim sendo, a crise terá um desfecho e, à semelhança de todas as outras, será mais uma parteira da História. Apesar de ocasionar aparentes malefícios encerra no bojo vantagens. Para que se possam tornar manifestas, todas as coisas devem apresentar aspectos duais — positivos e negativos. Nenhum acontecimento é permanente, definitivamente grave e sem solução; comporta sempre um segundo que em confronto com o antecedente provoca fatalmente uma terceira e nova ocorrência melhor. É a lei natural da evolução.

Sem dúvida, haverá um intervalo difícil e penoso a vencer a curto prazo. Mas, não pretendemos minimizar o choque do futuro imediato, o inexorável sofrimento regenerador da humanidade trará a evolução moral que aliada ao progresso da era "tecnotrônica" responderão ao desafio atual.

De pronto, a crise afetará mais particularmente os países ditos superindustrializados e subdesenvolvidos.

Estando a sociedade de consumo de nossos dias direta ou indiretamente na dependência da indústria petrolifera e petroquímica, é facilmente compreensível que o aumento de mais de 100% no preço do óleo cru desencadeará pressões inflacionárias na economia mundial. O espectro da inflação ameaça o mundo com uma recessão econômica geral ou menores taxas de crescimento. Haverá menos vendas e lucros por parte dos países carentes de petróleo, enquanto a receita bruta dos produtores do "ouro negro", estimada em 15 bilhões de dólares anuais (dos quais os árabes detêm cerca de 13 bilhões, ou seja, 7% das reservas do Fundo Monetário Internacional), deverá quadruplicar até 1980. Dispondo de enormes reservas monetárias e sem grande capacidade de investimento interno, os produtores de petróleo, se não aplicarem bem esta vultosa receita, poderão desequilibrar a liquidez internacional e ocasionar incontroláveis problemas de balanço de pagamento. Até que se restabeleça um ponto de equilíbrio, com a elevação dos preços de outros setores da economia, talvez os exportadores de petróleo sintam-se compelidos a vincular o pagamento de suas vendas a compras ou investimentos nos países consumidores, para não falar em empréstimos externos, particularmente aos subdesenvolvidos.

O crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) dos norte-americanos, segundo estimativas, deverá oscilar entre 1% e 2%. A economia japonesa que atingira uma taxa de 10% de aumento no PNB, pela primeira vez, desde o "milagre" do pós-guerra, deverá manter-se estacionária. O PNB da Alemanha Ocidental também espera-se que sofra uma queda. Acredita-se que a expansão do PNB francês não ultrapasse os 3%. Os meios financeiros britânicos calculam que o crescimento do PNB inglês otimistamente não ultrapasse a 2%.

As bolsas de valores de quase todos os países anunciaram bruscas quedas nos níveis de preços das ações. A Bolsa de Valores de New York, em fins de 1973, registrou a mais acentuada baixa na média "Dow Jones" dos últimos onze anos e meio, superando a assinalada por ocasião da morte de John Kennedy.

O crescimento a pleno emprego continuo pelo menos durante um certo período será freado.

A redução da produção e exportação de petróleo já fez sentir os seus efeitos diversos e multiplicadores, que reforçados pelos boicotes e embargos, agravam a crise. A imprensa noticia fechamento de indústrias, semanas de três dias de trabalho, desemprego, greves e consequentemente um decréscimo na produção mundial.

A escassez de fertilizantes para revigorar as terras, a carência de inseticidas para combater as pragas e a falta de combustível para acionar implementos agrícolas reduzirão as safras, majorarão os preços dos produtos alimentícios, podendo aumentar a fome e o índice de mortalidade por desnutrição. Restringidos os meios de transporte e a sua mobilidade, o abastecimento dos grandes centros urbanos já prejudicados pela míngua de embalagem (plásticos e papel) certamente acentuar-se-á.

O reabastecimento de aeronaves e embarcações em terminais estrangeiros poderá também sofrer restrições e levar mesmo à suspensão de determinadas linhas (um Boeing 707 é abastecido com 90.000 l de querosene, ou seja, 570 barris de petróleo; a capacidade dos reservatórios de combustível de um Jumbo é de 176.300 l de querosene, o que corresponde a 1.000 barris de óleo cru; um navio de 100 t, com motores em funcionamento durante 24 h, consome 570 barris de petróleo e precisa de 27.700 barris para ter seus tanques cheios). Com isso a utilização dos gigantescos jatos e transatlânticos poderá ver-se comprometida, afetando o turismo internacional e consequentemente o fluxo de divisas.

A discutida adoção da política de subsídios, o decréscimo na arrecadação dos impostos sobre derivados do petróleo e exportações, a redução das importações, a sangria de divisas ocasionada pela

elevação geral dos preços, gravada pela subida dos fretes e tarifas, diminuirá o ritmo de crescimento dos países subdesenvolvidos, alargando o "fosso" em relação aos superindustrializados.

Entre os industrializados, os EUA, dependendo para satisfazer o seu consumo em apenas 11% de petróleo árabe, enquanto seus grandes competidores no comércio internacional — Alemanha e Japão — quase totalmente sujeitos à importação do produto (o que lhes impõe um maior aumento nos custos de produção e desvalorização de moeda), terão o dólar reabilitado. De um "deficit" de 6,9 bilhões de dólares, em 1972, na balança comercial, os EUA passaram a um "superavit" de 800 milhões no ano de 1973. A primeira distribuidora no gênero, a Exxon, faturou, no ano passado, 28 bilhões de dólares, registrando um lucro de 2,5 bilhões, isto é, 59% superior ao alcançado em igual período anterior. A segunda distribuidora, a Mobil, acusou lucros 47% maiores, nesse mesmo espaço de tempo, ao passo que a Texaco, que lhe sucede nas estatísticas, revelou ter elevado seus rendimentos líquidos em 45%. Segundo um levantamento procedido pela "Newsweek", são os seguintes os totais de venda, em bilhões de dólares, durante 1972, dentre as maiores empresas que exploram o setor petrolífero:

| | |
|--|------|
| — Exxon (EUA) | 18,7 |
| — Shell (Inglaterra/Holanda) | 12,7 |
| — Mobil Oil (EUA) | 8,2 |
| — Texaco (EUA) | 7,5 |
| — Gulf Oil (EUA) | 5,9 |
| — British Petroleum (Inglaterra) | 5,2 |

Moscou passou a ser considerada uma potencial exportadora de petróleo a preços toleráveis, competindo com os árabes, como aconteceu no caso das restrições impostas à Holanda recentemente.

A crise modificará hábitos e costumes, podendo até mesmo impor aos consumidores uma volta ao passado.

O dilatamento das horas de lazer em função da redução dos dias úteis na semana de trabalho surtirá efeitos contraditórios: ao decréscimo do efetivo populacional resultante de um provável surto generalizado de delinquência, contrapor-se-á uma elevação na taxa de natalidade fruto do antecipado e tranquilo recolhimento aos leitos (caso não se adotem amplas medidas de segurança pública e anticoncepcionais — na Inglaterra já se fala em distribuição gratuita de pilulas); aos períodos de tensão acarretados pelas dificuldades de sobrevivência opor-se-ão outros de sossego face às maiores oportunidades de repouso; à supressão de certas atividades produtivas em contrapartida desenvolver-se-á ainda mais a pesquisa científico-

tecnológica; em oposição a uma transitória estagnação no progresso material aguarda-se uma aceleração na evolução espiritual da humanidade.

A necessidade de economizar energia forçará a adoção da hora de verão; limitará o uso abusivo da máquina elétrica nos escritórios e de utensílios eletrodomésticos nos lares; restringirá o consumo de gás liquefeito de petróleo, tornará os invernos mais rigorosos pela falta de calefação, exigindo a aquisição de roupas de lã e alterações nos horários de trabalho; o calor nos dias quentes de verão far-se-á mais insuportável ante as restrições de utilização de aparelhos de refrigeração; a iluminação pública será menos feérica afetando a propaganda indiscriminada em letreiros e cartazes luminosos; alterará o regime de funcionamento de estabelecimentos de ensino, de cinemas, de teatros, das emissoras de rádio e da televisão bem como as diversões noturnas urbanas, em geral, obrigando o homem a buscar outras distrações e maior contato com a natureza.

A escassez dos plásticos e das fibras sintéticas revalorizará a borracha natural, os tecidos de juta, de linho e de algodão, os brinquedos de madeira, os utensílios metálicos, o vidro, o papel, a cartolina etc.

As indústrias de cosméticos e de produtos farmacêuticos serão bastante prejudicadas.

Os produtores de tintas, de vernizes (sinteco etc), de material fotográfico, de fitas magnéticas e de uma série infinidável de outros artigos, pelo menos temporariamente, experimentarão momentos difíceis até o aparecimento de inevitáveis sucedâneos.

O couro voltará a ser valorizado no fabrico de calçados, bolsas, cintos, carteiras, malas, etc.

A chamada "era do automóvel" vê-se ameaçada. Haverá queda no rodoviárioismo e no turismo interno com a elevação dos preços de combustíveis, de pneus, de pedágio, além dos prejuízos causados pelas restrições de uso de carros particulares e das dificuldades a enfrentar na construção, pavimentação e manutenção de rodovias. Mas a poluição e os congestionamentos de tráfego urbanos, os altos índices de acidentes automobilísticos, o desfiguramento paisagístico dos elevados e viadutos tenderá a diminuir, amenizando também a injustiça social provocada pelo excessivo desenvolvimento dos transportes individuais em detrimento dos coletivos. Tornar-se-á impostivo dar mais ênfase aos metrôs, às ferrovias, à navegação marítima e fluvial. Os preços mais realistas para os combustíveis derivados de petróleo eliminarão o consumo supérfluo, a fabricação de automóveis grandes, velozes e antieconômicos, com talas largas etc. Os motociclistas terão de dirigir a velocidades reduzidas, com sapatos leves.

evitando arrancadas e freadas bruscas, o que é benéfico para todos. Ressurge o uso da bicicleta e da tração animal.

Poços de petróleo julgados anticomerciais serão reativados. A prospecção do "ouro negro" será estendida a outras áreas.

Os acontecimentos atuais precipitarão a exploração do xisto, do carvão mineral e vegetal, ocasionando mudanças no meio ambiente, poluição e desmatamento.

O valor dos potenciais hidrelétricos crescerá.

A imperiosidade de maciços investimentos em pesquisas, talvez à custa de outros projetos e setores, exigirá a alta de preços generalizada tanto dos recursos naturais como dos manufaturados.

A baixa do índice de octana na gasolina influirá sensivelmente na mobilidade dos engenhos bélicos, modificando quem sabe a ênfase dada no emprego tático de blindados e da aviação na condução das operações bélicas. Constitui fato histórico inconteste que a diferença de treze unidades na octanagem, tornou possível, entre outras circunstâncias, a derrota da "Luftwaffe", pela RAF, no outono, de 1940. Esta diferença aparentemente pequena, foi suficiente para dar a uma aeronave a possibilidade de atingir maior altitude, obter mais rápida subida e enorme maneabilidade, o que assegurou, naquela epopéia, uma vitória decisiva ante uma iminente e esperada capitulação na história da Inglaterra durante a 2ª Guerra Mundial. A realização de manobras e exercícios militares deverão experimentar cortes.

Os reflexos da crise no campo sócio-político já se fazem notórios pelos boicotes, embargos, atos de terrorismo, agitações sociais, nacionalizações de empresas, monopólios estatais na exploração do petróleo e instabilidades políticas que, com o crescimento do poder árabe no Oriente Médio, podem incentivar ao rearmamento mundial, desequilibrar as relações internacionais, derrubar governos e chegar ao extremo de intervenções localizadas e até mesmo ao expansionismo pela força das armas em certas regiões de importância geopolítica. A recente corrida armamentista desencadeada em áreas conturbadas e a súbita tomada do arquipélago de Paracel pelos chineses ilustram e comprovam tais especulações.

A curto prazo, segundo analistas especializados no assunto, não há solução para o problema. A sociedade de consumo deve restringir o insaciável apetite de bens materiais, admitir viver com menos conforto, maior austeridade, moderação e parcimônia. Urge reconhecer a necessidade de maior poupança e de pensar mais no próximo.

Todavia, os árabes, que afirmaram poder sobreviver dez anos sem vender petróleo, sabem perfeitamente que não conseguirão deter um considerável poder político-econômico por um prazo ilimitado, pois é impossível alimentar-se de areia e saciar a sede com petró-

leo. Ademais, há um princípio em Economia indiscutível que ninguém jamais logrou produzir tudo o que consome ou necessita.

Se o panorama a curto prazo não se afigura muito róseo, a médio começará a se desanuviar. Após a tempestade é incontestável que sobrevém a bonança.

Os maciços investimentos na pesquisa de novas fontes de energia, fora de qualquer dúvida, trarão maior progresso científico-tecnológico, criarão outros empregos e fatalmente conduzirão à "despetrolização" no futuro, como ocorreu com a "descarbonização" verificada no século passado. O aproveitamento da energia nuclear e solar em termos mais latos será uma realidade. Os automóveis elétricos e os motores a hidrogênio reduzirão a poluição, substituindo com vantagem os combustíveis hoje em uso.

A adoção de preços realistas combaterá o desperdício de energia e amenizará o grau de injustiça social, forçando a exploração em larga escala dos transportes coletivos mais acessíveis às camadas menos favorecidas pela sorte, contribuindo também para o desafogo do tráfego.

Os países subdesenvolvidos, normalmente produtores de alimentos e matérias-primas, beneficiar-se-ão com a justa valorização destas riquezas.

A recessão poderá levar à cartelização dos consumidores, embora temida pela Europa e pelo Japão face ao receio de negociações diretas das grandes empresas norte-americanas com os produtores de petróleo. Mas o fato é que a atraente cartelização dos consumidores tenderá a desequilibrar o poder político-econômico atual dos produtores de óleo cru.

Talvez nasça maior respeito e reconhecimento em outras dimensões aos interesses reciprocos entre as nações. Os reclamos de paz devem transformar as estruturas do comércio internacional, iniciando o estreitamento do "fossor" entre os países ricos e pobres. Os nefastos efeitos da crise poderão repelir as imposições políticas de países ou blocos, reduzir as zonas de influência, diminuir o protecionismo exacerbado de grupos, buscando um equilíbrio nas relações internacionais.

3 — ENSINAMENTOS

Toda crise traz ensinamentos. O importante é saber aproveitar as lições que proporcionam.

Uma coisa apenas é certa: os pecados e a salvação do nosso planeta não estão em outros mundos mas entre nós mesmos. Se não procurarmos a solução para os nossos problemas, ninguém o fará por nós.

Santo Tomás de Aquino, há sete séculos, já prognosticava a existência de uma unidade ontológica entre o homem e a natureza, ambos obra do Criador, por conseguinte bons. Resta somente aos homens dentro do seu livre arbítrio encontrarem o ponto de equilíbrio entre o moral e o material, para sobreviver ou sucumbir.

Parece que um futuro melhor para o nosso mundo está na direta dependência da transformação interior de cada um, a fim de que se opere a tão desejada mudança de todo — da humanidade. Vivamos honestamente para com nós próprios. Derrubemos as muralhas dos maus hábitos. Abastemo-nos das volupias e dos desperdícios, das contendas e rivalidades. Maja menos egoísmo e ambição, mas solidariedade e humildade, maior esperança e fé.

"Somente o progresso moral pode assegurar aos homens a felicidade na Terra, refreando as paixões más; somente esse progresso pode fazer que entre os homens reinem a concórdia, a paz e a fraternidade.

Será ele que deitará por terra as barreiras que separam os povos, que fará cair os preconceitos de casta e se calem os antagonismos de seitas, ensinando os homens a se considerarem irmãos que têm por dever auxiliarem-se mutuamente e não destinados a viver à custa uns dos outros." (1)

Para se inferir os efeitos precisos da crise a curto e a médio prazos, ter-se-ia de ser um misto de futurologista, de analista político, de economista, de especialista em petróleo, de "expert" em finanças e até mesmo de psicanalista do Rei Faissal, como afirmou um comentarista norte-americano.

Não se pretende ter a veleidade de haver enfocado todos os prováveis reflexos da crise na vida dessa insaciável sociedade de consumo para os nossos dias e os sempre interrogativos anos do porvir. Todavia, como ensina um velho provérbio chinês, "todo problema comporta três soluções: a minha, a tua e a correta". Aí estão algumas especulações pessoais que certamente serão refutadas por uns e aceitas por outros, mas que só o implacável juiz tempo dirá quais são as certas.

(1) "A Gênese", A. Kardec, FEE, página 363.

BIBLIOGRAFIA

- Anuário Estatístico do Brasil — 1973 — IBGE
- A Gênese — A. Kardec — FEB
- A Petrobrás de Hoje — Petrobrás
- A Sociedade do Futuro — A. Toynbee — Zahar
- Bíblia
- Dezenove Anos de Petrobrás — Petrobrás
- Encyclopédia Barsa
- Encyclopédia Internacional do Petróleo
- O Globo (recortes)
- O Mundo Fabuloso do Petróleo — Petrobrás
- O Panorama do Setor Petróleo — Ministério de Minas e Energia
- Relatório da Petrobrás
- Revista "Bolsa", "Fortuna", "Newsweek", "Petrobrás", "Tribuna do Economista", "Veja", "World Oil" e "World Petroleum Report".

"O comunismo não é a fraternidade: é a invasão do ódio, entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é a sua extermínio mútua. Não arvora a bandeira do Evangelho: bane a Deus das almas e das reivindicações populares. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanaria a humanidade. Everteria, subverteria, inverteria a obra do Criador."

RUY BARBOSA

O Reaparelhamento do Exército e o Parque Industrial Nacional

Gen. Bda
SYLVIO OCTÁVIO DO ESPIRITO SANTO

1. Introdução

a. A História Contemporânea ensina que não há distinção nítida entre as situações de guerra e de paz. Predomina atualmente uma situação ambígua entre aquelas situações limites e, sem que haja declaração formal, os Estados vivem hoje um clima de tensão internacional e de comoção interna.

Essa situação torna obsoletas as medidas de aprestamento que vigoravam no passado e invalida a existência de um sistema peculiar ao tempo de paz que se venha a transformar, paulatinamente, num outro capacitado para a guerra.

A rápida passagem da situação de paz para a guerra gera a imposição de se ter permanentemente um exército moderno, operacional e perfeitamente adestrado.

b. O artigo 91 da nossa Constituição diz: "As Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituidos, da lei e da ordem." Devem, pois, contribuir para o Desenvolvimento Nacional, proporcionando, principalmente, condições de paz e tranqüilidade, geradoras da confiança necessária ao trabalho e à harmonia social. Em outras palavras, devem garantir a segurança indispensável ao próprio desenvolvimento nacional.

2. O reaparelhamento do Exército — Sua necessidade

a. Para possibilitar ao Exército melhores condições para o cumprimento de sua destinação constitucional, responder àquela imposição da História Contemporânea, e proporcionar à nação a segurança tão propícia ao desenvolvimento, o Governo Federal, através do Ministério do Exército, a partir de 1970, determinou a sua reorganização e seu reaparelhamento.

b. A necessidade desta determinação justifica-se plenamente se levarmos em consideração que o Brasil caminha rapidamente para o "status" de Grande Nação, e novos antagonismos de ordem internacional surgirão como decorrência natural de nossa ascensão no cenário mundial.

Por isto, o Exército precisa ser preparado para as novas realidades, com a reformulação de sua estrutura administrativa e funcional que permita absorver a modernização, evoluir e constituir poderio compatível com a grandeza do País.

É, pois, de interesse nacional a criação desta base a fim de que o nosso Exército responda eficazmente às ameaças ao nosso desenvolvimento e à nossa evolução política. Esta base, além do reajustamento da rearticulação das Grandes Unidades e Unidades, traduz-se, essencialmente, pela realização imediata do seu reaparelhamento.

3. A política do reaparelhamento — Seus reflexos no Parque Industrial

O reaparelhamento poderá ser empreendido, em parte, por um melhor aproveitamento dos equipamentos e materiais existentes, tirando-se o máximo rendimento dos mesmos e, também, pelo dispêndio de uma percentagem razoável dos recursos financeiros na compra de materiais modernos no estrangeiro. Tudo isto, entretanto, deverá ser executado paralelamente com a progressiva nacionalização dos equipamentos militares, não só como incentivo à indústria

nacional, como ainda pela necessidade da adequada auto-suficiência como fator de segurança militar.

Estas salutares idéias estão consubstanciadas na política traçada pelo Ministério do Exército com referência ao reaparelhamento da Força Terrestre.

4. O Departamento de Material Bélico — Sua atuação

a. Para a realização da política traçada na parte ligada ao armamento, à munição, ao material de motomecanização, ao material de engenharia e à fabricação militar, foi criado o Departamento de Material Bélico.

Este órgão departamental, que desenvolve suas atividades por intermédio de projetos e/ou atividades, movimenta verbas que representam cerca de 37% do orçamento programa do Ministério do Exército, o que o coloca em 1.º lugar entre os Departamentos que tratam das atividades fins.

b. Quanto ao armamento e à munição, cabe ao Departamento de Material Bélico definir:

- os artigos que serão adquiridos na indústria civil;
- os artigos que serão parcialmente fabricados pela indústria militar e os parcialmente adquiridos na indústria civil, fixando as cotas das encomendas feitas em ambos os setores.

Constitui, sem dúvida, ato marcante a nacionalização das armas de pequeno calibre, como o Fuzil FAL 7,62, a Pistola e Metralhadora de mão Bereta ambas de 9mm, além dos canhões 106mm sem recuo e de 57mm, cuja fabricação já teve início em nossas fábricas civis e militares.

No que diz respeito à munição, cabe às fábricas militares a confecção das de grosso calibre; a de pequeno calibre está dividida, e as encomendas entregues à indústria civil, no ano de 1972/73, montaram em cerca de 24,5 milhões de cruzeiros.

Convém, também, ressaltar a grande contribuição da indústria civil na parte referente à fabricação de peças sobressalentes para o armamento, e a sua não menos importante participação na confecção dos aparelhos óticos tão necessários ao material bélico.

Na manutenção e recuperação do armamento, as máquinas, como tornos, fresadoras etc., e os conjuntos de ferramental necessários que o mercado nacional oferece, satisfazem plenamente, e os parques e órgãos de apoio aí se suprem.

c. O setor de Motomecanização é o que tem apresentado maior continuidade na evolução da nacionalização de nosso material. Para isto tem contribuído de forma muito benéfica a indústria automobilística do País, que dia a dia apresenta novos tipos de viaturas, cada vez mais aperfeiçoadas, que são incluídas no acervo do Exército.

O Departamento de Material Bélico desenvolve seus projetos e/ou atividades, referentes à motomecanização, tomando por normas, entre as que interessam à indústria civil, as seguintes:

- Adquirir as viaturas necessárias ao Exército, em princípio, no mercado interno;
- as viaturas militares sobre rodas deverão resultar da apropriação das viaturas civis, no todo ou em parte, para facilitar a permanente renovação do parque de viaturas militares e o pronto suprimento de peças de reposição;
- em princípio, adquirir, no mercado nacional, as viaturas blindadas sobre rodas.

Acionada pelo Exército, através da Comissão de Estudo do Material de Motomecanização (CEMM), órgão de assessoramento do Departamento de Material Bélico, a indústria automobilística já conseguiu nacionalizar grande número de viaturas, das quais destacamos as:

- Transporte Não Especializado 1/4t, 3/4t e 2½t todos 4 x 4;

- Transporte Especializado Cisterna de diversas capacidades;
- Viaturas Socorro de diversas tonelagens;
- Viaturas ambulâncias de diversos modelos;
- Camionetas para transporte de pessoal;
- Carro-choque e ônibus;

Atualmente a CEMM está em término de provas de desempenho e de durabilidade, para a nacionalização das viaturas de:

- $2\frac{1}{2}$ t, 6x6 como motor diesel e
- 5t, 6x6, "tração boomerang".

Dentro destes critérios, todas as viaturas administrativas e algumas operacionais necessárias ao Exército já são adquiridas na indústria automobilística nacional, e no ano de 1973 a compra elevou-se a cerca de 1.500 unidades, contribuindo, assim, de forma indiscutível, no crescimento e no fortalecimento do parque industrial.

Na parte de recuperação do material existente, tem-se procurado a adaptação, principalmente de motores, verificando-se na indústria automobilística nacional similares aos originais, particularmente para os Carros de Combate Leve e viaturas blindadas de lagartas.

Quanto à manutenção do material motomecanizado repete-se o que foi dito para a parte do armamento.

d. Há alguns anos, a quase totalidade do material e dos equipamentos de engenharia era de procedência estrangeira, predominantemente recebidos durante ou logo após a 2.ª Guerra Mundial.

Graças à política de nacionalização dos equipamentos, atualmente as aquisições de material especializado, em sua quase totalidade produzidos na indústria civil, foram precedidos de estudos para a elaboração de especificações técnicas objetivas ou, quando comportasse, de protótipos. Dessa forma,

foram produzidos e adquiridos, desde então, no parque industrial nacional, os seguintes materiais:

— Equipamentos para transposição de curso d'água, como: botes de assalto M2, botes pneumáticos de reconhecimento, pontões, pontes de painéis BAILEY M2 (na Companhia Siderúrgica Nacional), uniflotes e embarcações fluviais.

— Equipamentos de purificação d'água e depósitos de água para 11.000 litros.

— Viaturas de terraplenagem, tais como: tratores sobre lagartas, motocarregadoras e espalhadeiras, retro-escavadeiras e pás carregadeiras e lâminas.

— Equipamentos diversos, como: guindastes pesados guindautos, bússolas, coletes salva-vidas, grupos eletrônicos, equipamentos contra incêndio, serras mecânicas e ferramentas pneumáticas, equipamentos de mergulhador, soldas de arco voltaico etc.

Para o ano de 1974, estão previstas encomendas, para a aquisição destes equipamentos, da ordem de 24 milhões de cruzeiros.

e. Quanto à parte da fabricação militar, cumpre ressaltar que, além da produção da munição de grosso calibre e a nacionalização de alguns armamentos, sua influência na indústria civil se sente, particularmente, no setor das pólvoras de base simples e dupla, dos explosivos e seus acessórios para emprego nas obras de demolição em aberturas de estradas, exploração de pedreiras, construção de barragens etc., além do fabrico dos ácidos sulfúrico e nítrico, e éter sulfúrico produtos básicos de grande demanda no meio civil.

5. As Comunicações militares

Ainda que os equipamentos de comunicações sejam classificados como material bélico, a política da sua obtenção e de nacionalização foge, por princípio de organização, ao controle do Departamento de Material Bélico.

Entretanto, para que este artigo fique completo há necessidade de sucinta explanação sobre eles e sua influência na indústria civil das telecomunicações.

Com o reaparelhamento do Exército foi estabelecido um Plano de Reequipamento em material de comunicações, prevendo simultaneamente a produção nacional, como primeira prioridade, e a importação em último caso.

Da execução deste plano foram obtidos resultados satisfatórios no que concerne à indústria civil nacional, a ponto de serem contratados nela a produção de conjuntos-rádio para emprego de Companhia, emprego em Unidades Blindadas, emprego em Grande Unidade e em ligação terra-avião.

Além dos conjuntos-rádio são encomendados na indústria civil entre outros equipamentos os de: fio duplo, pilha e baterias de pilhas secas, desenroladeiras a motor e manuais, telefones de diversos tipos, centrais telefônicas e bobinas para fio telefônico.

Face ao interesse despertado no Parque Industrial Nacional pela produção de equipamentos de comunicações militares, pode-se dizer são boas as perspectivas futuras do reequipamento do Exército.

6. Conclusões

Para continuarmos a viver em paz, cabe-nos grande responsabilidade, pois tem sido difícil no mundo, até hoje, fazer-se acatar a nação que não tem forças aprestadas para defender sua soberania. Muito já se fez nestes três últimos anos, apesar de isso representar ainda pequena parcela do que necessitamos. Se em volume de material não crescemos o suficiente, progredimos muito em alguns aspectos essenciais. O principal deles é o de nacionalização de nosso material bélico.

A orientação básica: produzir, tanto quanto possível, no nosso parque industrial o material de que carecemos, parece ser a solução definitiva, embora se saiba que obtê-la não será obra fácil.

O que até agora conseguimos, como, por exemplo, a produção de:

- viatura QT 4x4 e 6x6, em particular, de 2½t.
- material rádio e telefone;
- material de engenharia; e
- armamento portátil e munição.
- armamento portátil e munição na indústria civil e militar, são resultados animadores que dão estímulo ao prosseguimento na orientação adotada.

Tudo isto é o resultado de um longo e persistente trabalho que encerra um valioso ensinamento: **SOMOS CAPAZES DE FAZER**, apesar de nossas limitações e dificuldades.

"Se um dia já homem feito e realizado, sentires que a terra cede aos teus pés, que as tuas obras se desmoronam, que não há ninguém à tua volta para te estender a mão, esquece a tua maturidade, passa pela tua mocidade, volta a tua infância e balbucia entre lágrimas e esperanças as últimas palavras que sempre te restarão na alma: MINHA MAE, MEU PAI!"

RUI BARBOSA

Por Que Não “Necessidade de Reformas Positivas”?

Coronel Art
EVERALDO DE OLIVEIRA REIS
Colégio Interamericano e Defesa (USA)

Este pequeno estudo, longe de se propor a apresentar soluções, mais se constitui num desafio à inteligência militar brasileira, para que as nossas Forças Armadas não venham a destoar do Brasil potência que as gerações de hoje procuram construir e sim, que continuem, a responder hoje, como fizeram ontem, ao desafio dos fatos.

É evidente que o nosso raciocínio, ao escrevê-lo, estava voltado para o Exército, dentro do qual, há mais de trinta e cinco anos, bem ou mal trabalhamos.

Assistimos em Washington, em 1973, ao término da “Guerra do Vietnã”, para os norte-americanos. Freqüentávamos, então, o Colégio Interamericano de Defesa, onde num grupo de quarenta cursantes, cinco eram norte-americanos, e destes, pelo menos dois com participação relevante na Guerra. É evidente que, para eles, a sensação era de alguém que fora traído na sua retaguarda. E a amargura consequente chegou a ser traduzida por um deles, na monografia de fim de curso, que éramos obrigados a apresentar.

Incontestavelmente, a Guerra do Vietnã foi para a nação amiga um tremendo impacto social, que a marcou profundamente. Problemas de há muito existentes, atingiram proporções de escândalo, do qual não puderam fugir as Forças Armadas: drogas, insubordinação, falta de exação no cumprimento

mento do dever em presença do inimigo, conflito racial, de repente ganharam a primeira linha da preocupação dos chefes militares. E tudo isto, que para nós se constituía em algo inusitado analisado friamente.

Vivíamos, então, uma experiência sensacional, que se prolongaria ao longo das visitas que fazíamos às organizações militares, escolas e quartéis. Nas primeiras, a ênfase estava posta no estudo dos problemas de integração racial, dentro dos currículos; nos segundos, ela se mostrava na instituição de um serviço militar voluntário e na modificação dos antigos padrões de preparo do combatente individual, numa tentativa lealmente confessada, de vencer determinados problemas.

É evidente que a constatação destes fatos não nos colocou como defensor das soluções propostas; que, pelo contrário, muitas delas nos pareceram longe de satisfatórias, como penosamente admitiam muitos militares norte-americanos, com quem conversávamos. Uma coisa porém nos impressionava, quase podemos dizer, chocava a nossa sensibilidade latina: a maneira franca com que os problemas eram reconhecidos e a forma, quase ingênuas, como eram discutidos.

Mas, mesmo dentro deste panorama, o artigo "A Necessidade de Reformas Positivas", de Robert L. Goldich, publicado na Edição Brasileira da *Military Review* (número 4/abril/73), nos causou forte impacto. Aliás, a própria Revista pareceu se confessar surpresa, quando acrescentou na sua habitual nota de apresentação do autor, uma observação pouco frequente em tais notas:

"Os pontos de vista aqui apresentados são do próprio autor; não se deve inferir que haja endosso de suas ligações profissionais passadas e presentes."

Robert L. Goldich procura em seu profundo estudo, enfocar a problemática sócio-cultural que caracteriza as Forças Armadas Norte-Americanas de hoje e provar que a fortaleza de tão poderoso instrumento se encontra na dependência da solução de tal problemática.

A cada passo do trabalho, encontramos assertivas cujo valor não desejamos discutir, mas que, evidentemente, nos obrigam a meditar:

— "Uma análise dos aspectos sócio-culturais da política militar atual é imperativa."

— "Persiste a impressão de que as reformas militares atuais estão sendo feitas aos poucos, sem referência a qualquer filosofia ou plano geral."

— "Dois tipos diferentes de tensões sociais possivelmente se manifestarão nas Forças Armadas. O primeiro será de natureza interna. Os militares americanos sofrerão pressão crescente para adotar novos estilos de vida e organização... A tensão externa também crescerá. As Forças Armadas ficarão consideravelmente para trás das instituições civis na execução de reestruturações radicais."

— "A doutrina e o pessoal sendo conservadores, a organização também o será."

— "As instituições civis... têm um número abundante de homens e mulheres entre 27 e 35 anos de idade que subiram ao equivalente a general ou almirante, em virtude de sua energia e capacidade."

E, encerrando as considerações, sugere, entre outras, as seguintes idéias:

— "Em resumo, os militares deveriam fazer todo o esforço para se envolverem e interagirem mais dinamicamente com a juventude ambiciosa da nossa sociedade."

— "Especialistas e técnicos sem *status* de comando deveriam ser compensados por sua capacidade, sem diluir o conceito de posto."

— "Oficiais e praças de escol deveriam ser promovidos com base em seus méritos, com maior rapidez que atualmente."

— "As Forças Armadas deverão acompanhar e analisar continuamente as mudanças sociais e culturais, tão comple-

tamente como examinam os desenvolvimentos científicos e tecnológicos . . .

Organizações permanentes de pesquisas, preocupadas com análises sociais e culturais, deveriam ser estabelecidas dentro de cada uma das Forças e no Departamento de Defesa, para pesquisa interna e através de outros órgãos sob contrato."

— "Finalmente, os militares não deveriam considerar como terminada sua tarefa de melhoria continua."

É claro que não temos a pretensão de julgar o artigo de Robert L. Goldich. Seria ousado tentá-lo. Entretanto, não podemos deixar de nos sensibilizar com algumas das afirmativas e também com as conclusões.

O que se poderia questionar, desde logo, é quanto serão elas válidas para o caso brasileiro. Este é o problema que exige séria meditação. Desde logo, há fatos evidentes, que é indispensável alinhar:

— em nossos muitos anos de serviço, não temos memória de outro período em que o Exército Brasileiro tenha se preocupado tanto com a sua estrutura material, como após a Revolução de 1964. São fatos incontestáveis: o plano de distribuição de casas, que atingiu todas as guarnições; o reequipamento em material, tanto pela utilização da Indústria Brasileira, quanto pela aquisição de material estrangeiro de toda gama, desde unidades hospitalares sofisticadas até veículos blindados.

Temos, entretanto, a convicção de que, embora tais medidas demonstrem marcante evolução, é indispensável que se mantenham respaldadas por um Pensamento Militar, atento à evolução da conjuntura.

O velho princípio de que o homem é o instrumento fundamental da guerra, resiste mesmo à fissão nuclear. E o homem será sempre representado por uma mente, que deverá estar, não apenas muito adestrada, mas adequadamente adestrada.

Da República até a década de 1960, a Nação Brasileira viveu um processo de avestruz. Não se empreste à expressão um sentido pejorativo. É claro que a FEB representa um capi-

tulo grandioso, do qual nos orgulhávamos ontem, orgulhamo-nos hoje e nos orgulharemos amanhã. Mas, combatendo enquadrada numa poderosa aliança, as lições que ela colheu, de validade indiscutível, não tiveram para nós, no campo operacional, o mesmo significado. Recebemos assim, intelectualmente, bem menos do que oferecemos em termos de sacrifício no cumprimento da obrigação assumida.

Os anos iniciais da Revolução de 1964 também se consumiram no afã de resolver problemas internos. Mas, à medida que a Nação se reencontrava com a sua grandeza, ia inapelavelmente se projetando no cenário mundial. Não se trata levianamente de imaginar que tudo está feito. Porém, ao longo de quase dois anos afastado do país e o observando de fora para dentro, temos visto, à saciedade, que somos hoje apreciados, discutidos e até mesmo desejados, além fronteiras.

Impõe-se, portanto, hoje mais do que nunca, mantenhamos um Pensamento Militar capaz de responder à conjuntura. Desta forma, a expressão militar estará contribuindo para a grandeza nacional, no mesmo nível que o fazem as outras expressões do poder nacional.

Somos hoje, ao completar cinco séculos de existência, novamente uma nação jovem. Novamente jovens, porque estamos possuídos do mesmo espírito dos que aqui viveram nos séculos XVI e XVII.

Seremos também uma Força Armada jovem, capaz de derrotar o desafio das novas posições?

É claro que não possuímos, em nossa posição, respostas para tais perguntas.

Acreditamos, porém, que o estudo dos fenômenos sociais, já presente em nossos currículos escolares, deverá crescer, a exemplo do que já realizamos nos campos da ciência e da tecnologia.

Precisamos, sem nos determos, reexaminarmo-nos para, descobrindo as verdades de hoje, diagnosticarmos as de amanhã e, desta forma, mantermos uma Doutrina Militar alicerçada no homem brasileiro, que hoje, com a mesma

grandeza de ontem, mas quem sabe com outras posições, está construindo a sociedade brasileira do futuro.

A essa sociedade e a esse homem deve corresponder um Pensamento Militar.

Senti-lo, é servir à grandeza nacional. Olvidá-lo é trair os antepassados.

Ao longo de cinco séculos, estiveram as Forças Armadas marchando à testa do processo social. Mas este processo, quiçá consequente ao próprio impulso que lhe era emprestado, ameaça deixar os mais tímidos para trás.

Este é um desafio para toda uma geração de oficiais de Estado-Maior. A velha assertiva — "um bom oficial de Estado-Maior nada teme, nem mesmo uma idéia nova" — precisa hoje, mais do que nunca, ser praticada.

E se isto implicar em "reformas positivas", que elas venham. Mesmo que, para nós, os mais velhos, signifiquem "a hora da rendição da guarda".

"Defesa Nacional é tudo para a nação: é o lar e a pátria, a organização e a ordem da família e da sociedade, todo o trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio, a moral doméstica e a moral política, todo o mecanismo das leis e da administração, a economia, a justiça, a instrução, a escola, a oficina, o quartel, a paz e a guerra, a história e a política, a poesia, a filosofia, a ciência e a arte, e o passado, o presente e o futuro da nacionalidade".

OLAVO BILAC

A Pensão Militar

— Habilitação

Gen Bda
MURILO RODRIGUES DE SOUZA

NOTA EXPLICATIVA

O presente trabalho teve a iniciativa de organização ao Gen Bda Murilo Rodrigues de Souza, que em sua preocupação de "sempre servir" conseguiu arrebentar preciosos minutos de seu tempo, para orientar, através da longa experiência de uma brilhante vida militar, os companheiros que, assobrados pelo cotidiano, deixam a seus familiares problemas difíceis de solucionar, quando de seu passamento.

Oficiais da 1.^a RM, dentro da esfera de suas atribuições, contribuíram na busca de dados, para a atualização das informações nele contidas.

Ao iniciar o manuscrito, o Gen Murilo alinhavou alguns comentários, que sentimos a necessidade de transcrever:

"Durante a nossa já longa vida de militar observamos o desasco dos nossos companheiros, e até porque não, a ignorância no trato e no conhecimento dos direitos dos seus herdeiros.

O militar ao desaparecer, ou quando fica inválido, quase sempre, seus entes queridos ficam desorientados, salvo quando o seu último chefe ou comandante, caso ainda esteja na ativa, toma a si a iniciativa e procura normalizar, no mais curto prazo, a vida da família enlutada.

Quando a família não deseja permanecer na cidade onde se deu o óbito, ou não possui parente militar, ou então, não dispõe de uma orientação segura de como proceder, ela junta a dor irreparável da perda do seu chefe à angústia de ficar sem os meios necessários à sua sobrevivência. Quando o militar já se encontra na Reserva, esses casos são extremamente agravados e lástimosos.

Por esses motivos, e tendo como base um antigo trabalho editado pela EGCF em 1956, de autoria do Cel Evandro Del Corona, tomamos a liberdade de aperfeiçoá-lo, guardando a esperança de que a semente ora lançada venha poupar de nossos entes queridos, pelo menos uma pequena parcela da dor de nossa perda".

INTRODUÇÃO

1. Destina-se este trabalho a iniciar os beneficiários de militar no processo de recebimento da pensão militar e de outras vantagens pecuniárias a que tenha direito. Sendo esta a sua finalidade, foi elaborada baseada na legislação vigente sobre o assunto.
2. A legislação, os Estatutos e Regulamentos dos Órgãos de Previdência devem ser mantidos em dia e as anotações sujeitas a alterações deverão ser feitas a lápis.
3. Este documento e os ligados à herança militar e a previdência social ficarão arquivados nas pastas n.º 1 (de cor.....) e os demais na n.º 2 (de cor.....)
4. Entre outros documentos deverão ficar arquivados nestas pastas:
 - Cópia da Declaração de Beneficiários (devidamente atualizada)
 - Carta Patente devidamente apostilada ou certidão da sua última promoção, no caso de praça.
 - Certidão de casamento, nascimento de filhos, netos e outros possíveis beneficiários.
 - Atestados de óbitos — dos dependentes já falecidos.
 - Cópia da carteira de identidade do militar e de todos os dependentes.
 - Atestado de Origem (se o possuir).
5. As alterações e o "curriculum vitae" devem se encontrar em ordem e em dia, na pasta específica e servirão de base para fornecer qualquer certidão de que se faça necessária.
6. Todos os documentos devem ser fornecidos por cópia, ficando sempre o original na pasta adequada.
7. Há casos específicos de familiares ou pessoas relacionadas com o militar que somente o mesmo, com base na legislação, pode deixar esclarecido e anexar os documentos comprobatórios (Ver Lei n.º 4.069, de 11 de junho de 1962; Parecer 731-H, de 29 Ago 68 — "DO" de 27-9-68; Parecer aprovado Tribunal de Contas da União em Sessão de 21 de Ago 69 — "DO" de 25 Set 69, pág. 8.120; etc....).
8. Os direitos aos incapazes e inativos previstos na legislação vigente (Estatutos, LRM, Lei de Inatividade etc.) e nos Estatutos dos órgãos de previdência devem ser anotados pelos militares para orientação aos seus familiares, caso não possa fornecê-los por motivo de molestia grave.
9. Todos os anos, antes de entrar de férias ou quando viajar, este documento e seus anexos devem ser revistos e atualizados com a mais recente legislação.

1. PENSÃO MILITAR

Tem direito à pensão militar:

(Arts. 1º, 2º, 7º, 23 e 24 da Lei nº 3.785 de 4 Mai 1921)

(Arts. 1.º ao 11, 26, 27, 28, 34 a 37, 48 a 50, 70 a 76, do Decreto n.º 49.076, de 10 Out. 60)

2. HONORABLE FUNERALS

Declarar se deseja ou não

Caso não o faça, a família deve declarar

No Rio, o Oficial de Permanência ao QG/I Ex tomará as providências cabíveis de acordo com as Instruções baixadas pelo Comandante do I Exército.

3. FUNERAL.

A União assegura o sepultamento condigno ao militar

O "Auxílio-Funeral" é concedido a quem de direito na forma do art. 86 da LRM, a fim de custear despesas com o Sepultamento de *Militar da Ativa, Reserva e Reformado*. Aos Dependentes (de acordo com os artigos 154 e 155) e às Pensionistas de Militar está

previsto ao Responsável um "Empréstimo de Funeral" destinado a financiar os Serviços do Sepultamento do assistido, amortizável em 24 prestações mensais.

O valor do Empréstimo, no máximo, deverá igualar-se ao "Auxílio Funeral", a que o militar faria jus. (Até duas vezes o valor do "Soldo do Posto" ou "Graduação" do militar falecido).

Ocorrendo o falecimento do militar, os familiares poderão tomar providências particulares na realização do funeral ou solicitar os serviços funerários dos Órgãos Assistenciais Regionais.

1) Quando ocorrer o primeiro caso, as seguintes providências devem ser observadas para a concessão do Auxílio-Funeral;

1.1 — Antes de realizado o enterro, o pagamento do Auxílio-Funeral será feito a quem de direito pela organização militar a que pertence o militar, independentemente de qualquer formalidade, exceto a da apresentação do atestado de óbito;

1.2 — Após o sepultamento do militar, não se tendo verificado o caso do item anterior, deverá a pessoa que o cesteou mediante apresentação do atestado de óbito solicitar o reembolso da despesa, comprovando-a com os recibos em seu nome, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, sendo-lhe em seguida reconhecido o crédito e paga a importância correspondente aos recibos, até o valor-límite estabelecido no artigo anterior;

1.3 — Caso a despesa com o sepultamento paga de acordo com o item anterior seja inferior ao valor do Auxílio-Funeral estabelecido, a diferença será paga aos beneficiários habilitados a Pensão Militar, mediante petição à autoridade competente (Saldo do Auxílio-Funeral);

1.4 — Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, sem reclamação do Auxílio-Funeral por quem haja custeado o sepultamento do militar, será o mesmo pago aos beneficiários habilitados a Pensão Militar, mediante petição à autoridade competente.

2 Quando o "Serviço de Funeral Regional" for solicitado pelos familiares do "de cujas". (Basta telefonar).

As Regiões Militares possuem um "Órgão Assistencial" que atende a qualquer hora do dia ou da noite às solicitações de funeral, com a máxima solicitude. Na área do SAS/1º RM o "Serviço de Sepultamento" funciona no 3.º andar do QG, sendo necessário, apenas, que o responsável telefone para 243-7950 e serão tomadas todas as providências na realização do funeral do assistido. As despesas decorrentes desse atendimento serão abatidas do "Auxílio-Funeral", se o "de cujas" for Militar e saldadas mediante "Empréstimos de

Funeral" no caso de óbitos de Dependentes e Pensionistas de Militares. Quando não houver outra "Pessoa Habilitada" à "Mesma Pensão" do "Pensionista Falecido", o Órgão Regional imputará as Despesas do Funeral à DAS.

O Funeral é feito de acordo com o Convênio firmado entre o Ministério do Exército e a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro e nas demais Guarnições de acordo com as Normas estabelecidas por cada Região Militar.

A fim de evitar prejuízos na "Assistência Funeral" prevista aos assistidos da família militar, é, importante que quando o Responsável não utilizar os Órgãos Regionais Assistenciais para a realização dos serviços funerários de seus dependentes, guarde os Recibos de Gastos e que tais documentos de despesas sejam passados em nome do "de cujus" ou do responsável legal.

A presente medida possibilitará ao Responsável pleitear a Concessão de "Empréstimo para Funeral", a fim de ressarcir os gastos realizados ou solicitar o Saldo do Auxílio-Funeral, quando for o caso.

Entende-se por "dependentes legais" para fins de direito à Assistência Funeral" os previstos nos Art. 154 e 155 da LRM assim discriminados:

Art. 154 — São considerados dependentes do militar, para todos os efeitos desta Lei:

- 1) Esposa;
- 2) Filhos menores de 21 anos ou inválidos ou interditos;
- 3) Filha solteira, desde que não receba remuneração;
- 4) Filho estudante, menor de 24 anos, desde que não receba remuneração;
- 5) Mãe viúva, desde que não receba remuneração;
- 6) Enteados, adotivos e tutelados, nas mesmas condições dos itens 2, 3 e 4.

Parágrafo único — Continuarão compreendidos nas disposições deste artigo a viúva do militar, enquanto permanecer neste estado, e os demais dependentes mencionados neste artigo desde que vivam sob a responsabilidade da viúva.

Art. 155 — São ainda considerados dependentes do militar, para fins do artigo anterior, desde que vivam sob sua dependência econômica, sob o mesmo teto e quando expressamente declarados na organização militar competente:

- 1) Filha, enteada e tutelada, viúvas, desquitadas ou separadas, desde que não recebam remuneração;

- 2) Mãe solteira, madrasta viúva; sogra viúva ou solteira; bem como separadas ou desquitadas, desde que, em qualquer dessas situações, não recebam remuneração;
- 3) Avós e pais, quando inválidos ou interditos;
- 4) Pai maior de 60 anos, desde que não receba remuneração;
- 5) Irmãos, cunhados e sobrinhos, quando menores ou inválidos ou interditos, sem outro arrimo;
- 6) Irmã, cunhada e sobrinha, solteiras, viúvas, separadas ou desquitadas, desde que não recebam remuneração;
- 7) Netos, órfãos, menores ou inválidos ou interditos;
- 8) Pessoa que viva sob a sua exclusiva dependência econômica no mínimo há cinco anos, comprovados mediante justificação judicial.

4. RECURSOS E DIREITOS IMEDIATOS

- a. Os vencimentos até o dia do falecimento (Art. 151 da LRM);
- b. Auxílio-Funeral (Arts. 84, 85, 86 e 87 da LRM);
- c. Cabe à União a transladação do corpo do militar da ativa falecido em campanha, na manutenção da ordem pública ou em acidente em serviço, para localidade, no território nacional, solicitada pela família (Art. 88 da LRM);
- d. Residir no Próprio Nacional, no caso de falecimento ou passagem para a Reserva, de acordo com as normas da guarnição;
- e. Transporte para todos os dependentes até a cidade onde a família deseje residir;
- f. A Portaria Ministerial n.º 936, de 8 Jun 73, aprovou as Instruções para a Habilitação Inicial à Pensão Militar e n.º 7, letra "a", item 1, estabeleceu o pagamento da pensão à viúva, pelo "Órgão Pagador", em "Caráter Condisional", *imediatamente após o falecimento do contribuinte*, por um prazo de *até 3 (três) meses*. Em consequência, tão logo ocorra um óbito de militar, a Unidade a que pertencia o "de cujus" deverá remeter um Ofício aos Órgãos Regionais de Pagamento de Inativos e Pensionistas, de acordo com o modelo Anexo n.º 1, a fim de que seja realizado o pagamento imediato à viúva do militar;
- g. O PASEP, de acordo com as instruções contidas no NEX número 3.827, de 25 de abril de 1973. (Ver Anexo n.º 2).

ANEXO N.º 1

MODELO PARA PAGAMENTO DE PENSÃO EM CARÁTER CONDICIONAL

(Port. nº 936, de 8 Jun 73)

Do (ordenador de despesa)

Ao Sr. Chefe da PCP

Assunto: Pagamento de pensionista
em caráter condicional
(Solicita)Ref: Portaria Ministerial nº 936, de
8 Jun 73.

1. De acordo com a Portaria de referência, solicito dessa Chefia a inclusão, em folha de Pagamento dessa Pagadoria, da Pensionista

.....
Identidade (nome) viúva do
..... (posto — nome — Identidade)
falecido em conforme Certidão de Óbito

2. Informo a essa Chefia os dados abaixo, referentes ao "De cujus".

a — Contribuia para a Pensão Militar de
..... (posto ou graduação)
tendo descontado contribuições (se forem
mais de 24, apenas mencionar "Mais de 24"; se forem menos,
mencionar o número delas).

b — Recebia o Salário-Família para os seguintes dependentes:

1 —
..... (nome — parentesco — data do nascimento)
2 —
..... (nome — parentesco — data do nascimento)
3 — A referida senhora declarou residir à Rua

ANEXO N.º 2

**PASEP — SAQUE DE COTAS TEM MODELO
E INSTRUÇÕES DA DCA**

O Diretor de Cadastro e Avaliação, tendo em vista padronizar as declarações para fins de saque das cotas no PASEP, previsto na letra "f" da Port. 1/73-DCA, de 10 Jan 73, do DGP ("NB" 3.764-73), e em atendimento ao Banco do Brasil S A, solicita aos Chefes, Diretores e Comandantes de OM que, na ocorrência de aposentadoria, reforma, invalidez ou transferência para a reserva dos beneficiários, poderá ser expedida "Declaração", conforme modelo, instruções e observações abaixo:

a) *Modelo*

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

DECLARAÇÃO

De conformidade com a letra "I" do n.º 8 da Port. 1/73-DCA, de 10 Jan 73, Declaro que o 1) 2) beneficiário sob o número de inscrição 3) por motivo de 4) poderá utilizar, no todo ou em parte, as cotas que lhe tenham sido distribuídas no PASEP, de acordo com as Normas de Serviço do Banco do Brasil S.A.

A ocorrência do beneficiário acima declarada é comprovada em 5) publicado no "DO/U" de/.....

Chefe, Diretor ou Comandante da OM

b) *Instruções*

- 1) Nome do beneficiário;
- 2) Identidade do beneficiário;
- 3) N.º de inscrição no PASEP;
- 4) Citar uma das seguintes ocorrências, constantes da Norma de Serviço (72-4) do Banco do Brasil S.A., sem outra observação:
 - aposentadoria;
 - reforma;
 - invalidez; e
 - transferência para a reserva.
- 5) Citar o ato, Decreto e Portaria.
Ex: Decreto de 13 Dez 73
Port. Min. 1.312, de 22 Dez 73
Port. 41-DF-DIP-S3, de 12 Nov 73.

c) *Observações*

Dos motivos para o desligamento ou exclusão do serviço ativo das Forças Armadas, de que trata o Art. 97 do Estatuto dos Militares, apenas a "Transferência para a Reserva" e a "Reforma", que correspondem à passagem do militar da situação de "na ativa", para a de "na inatividade", estão previstas como ocorrências, para a utilização, pelos beneficiários, das cotas que lhes tenham sido distribuídas. Não deverá, portanto, ser expedida declaração aos beneficiários militares incluídos em outros motivos de desligamento ou exclusão do serviço ativo, constantes do referido Estatuto, e que impliquem, apenas, em passarem a integrar a reserva das Forças Armadas, sem os direitos e prerrogativas de militar.

(“NE” n.º 3.827, de 25 de abril de 1973 — Página 3.)

5. RECURSOS E DIREITOS POSTERIORES

a. Será promovido “post-mortem” o oficial que, na data de seu falecimento, fazia jus a promoção pelo princípio de antiguidade ou de merecimento.

Entrei no dia/...../..... no quadro de acesso para promoção a

(Arts. 6.º e 82 da LPO)

Art. 36 e seus parágrafos do Reg da LPO)

(Parágrafo único do art. 3.º do Reg 196)

b. São isentos do Imposto de Renda os beneficiários dos provimentos e das pensões concedidas pela Lei 2.579, de 23 Ago 55, que amparou amplamente os integrantes da FEB.

(Art. 29 da Lei 4.862, de 29 Nov 65).

c. Os órfãos de militares têm direito a educação gratuita nos Colégios Militares.

(Art. 50, do Dec 50.821, de 22 Jul 61).

d. Caso o militar seja contribuinte para a Fundação Osório (Rio — GB) os órfãos poderão receber instrução, internados ou não, de acordo com as normas existentes.

e. O Estado garante educação aos filhos menores de ex-combatentes.

(Dec n.º 50.368, de 21 Mar 61).

f. Direito das pensionistas à assistência médica hospitalar nas Organizações de Saúde dos Ministérios Militares.

(Art. 81, combinado com os arts. 154 e 155 da LRM).

g. Direito a adquirir gêneros e artigos nos Estabelecimentos de Subsistência, de Intendência e nas Granjas Militares de acordo com a legislação vigente.

(Art. 100 da LRM).

h. Os beneficiários deverão requerer novas carteiras de Identidade para fazer valer seus direitos nas Organizações Militares.

Documentos necessários:

- Título de Pensão
- Tipo Sanguíneo (cartão contendo-o)
- Título de Eleitor
- Certidão de Nascimento ou Casamento.

("NE" 3.448 de 2 Out 71).

1. As cotas do PASEP serão distribuídas aos dependentes e, em sua falta, aos menores.

Minha inscrição sob o n.º

(Lei Complementar n.º 8 de 3 Dez 70).

(Port. n.º 6/72-Ass, de 12 Abr 72 do DGP — NE 3.880, de 20 Abr 72).

("NE" n.º 3.827, de 25 Abr 73).

6. PREVIDÊNCIA SOCIAL

a. Clube Militar

Sou sócio desde de de, passado a remido em de, com a matrícula n.º

(1) CHI — Caso concorra o militar para Poupança Prévia, seus beneficiários terão direito e prioridade no recebimento de um apartamento. Os possuidores do "Seguro Compressivo" terão seus direitos assegurados de acordo com as cláusulas em vigor.

(2) Assistência — Certificado n.º, Beneficiários a partir de:

Beneficiários —

—

—

(3) Departamento de Assistência Social (DASO)

Beneficiários a partir de/...../.....

— Certificado n.º

Beneficiários —

—

—

(4) Sócio Remido — Título n.º

— Desejo que meu título seja transferido para meu

— Desejo que sejam restituídos à minha família o valor do mesmo

(Ver Regulamento anexo)

b. GBOEx

Sou sócio desde de de Diploma n.º
 Contribuo para o Pecúlio Grupo () mensalmente com a importância de Cr\$
 Beneficiários a partir de/...../.....

—

—

—

—

—

- (1) Auxílio-doença
- (2) Pecúlio integral
- (3) Auxílio-família
- (4) Acidente pessoal sem morte
- (5) Indenização por acidente
- (6) Previdência escolar
- (7) Pecúlio Aplicado (Operacional)

(Ver valores nas Instruções anexas e fornecidas pelo GBOEx)

c. Montejo da Família Militar

Sou matriculado sob o n.º Plano ()
 Pago mensalmente no a importância de Cr\$
 São beneficiários desde/...../.....

—

—

—

(Ver Regulamento do MFM anexo)

d. CAPEMI

Estou inscrito como sócio, sob o n.º no Plano Pecúlio e sob o n.º no Plano Pensões pagando Cr\$ mensalmente no São beneficiários desde / /
 —
 —
 —
 (Ver instruções anexas)

e. CORRFA, SBOFA, COIFA e outras

Estou inscrito como sócio n.º deste Pecúlio Pensão São beneficiários deste:
 —
 —
 —
 (Ver instruções anexas)

f. Procedimento

O procedimento em geral para recebimento de qualquer benefício junto aos órgãos de Previdência, consta do anexo n.º 2.

7. DOCUMENTAÇÃO E DADOS NECESSÁRIOS

- a. Para fins oficiais a documentação necessária para formalizar o processo de habilitação encontra-se no anexo n.º 3 (Art. 38 e 39 do Decreto n.º 096, de 10 Out 60 — Regulamento de Pensões Militares).
- b. Para facilidade minha Declaração de Beneficiários e meus Aditamentos estão averbados na DIP sob os números e conforme constam nas minhas alterações do ano de a
- c. Para fins de habilitação, não só à Pensão Militar como aos demais seguros, pecúlios ou pensões, os beneficiários deverão obter tantas cópias autenticadas em cartórios quanto ao número de Entidades e mais uma para o Arquivo de cada beneficiário, dos seguintes documentos:
 - (1) Certidão de Óbito;
 - (2) Certidão de Nascimento dos filhos dos beneficiários;
 - (3) Certidão de Ocorrência Policial (Caso de acidente);
 - (4) Cópia fotostática do Cartão Patente, com pastilhas.

- d. Para fins de direito posso os seguintes tempos de serviço, até o dia / /
Praça de / / anos —
..... meses —
..... dias —

Tempo dobrado

Licença não gozada

TG ou CM

Fronteira

Férias não gozadas

Etc.

8. DOCUMENTAÇÃO DIVERSA

a. DECLARAÇÃO DE RENDA

- (1) As cinco últimas Declarações do Imposto de Renda com respectivos comprovantes encontram-se em envelopes separados.

(2) São isentos do Imposto de Renda os beneficiários dos proventos e das pensões concedidas pela Lei n.º 2.579, de 23 Ago 55, que ampara os integrantes da FEB.
(Art. 29 da Lei n.º 4.862, de 29 Nov 65)

b. IMÓVEIS

- (1) As escrituras estão averbadas no Cartório
.....

(2) Os contratos de locação estão registrados
.....

(3) Os demais documentos encontram-se na pasta n.º 2.

c. TÍTULOS E JOIAS

Os Títulos e Jóias estão relacionados na minha última Declaração de Renda, tendo havido as seguintes alterações:

d. TESTAMENTO (se houver)

Minhas disposições testamentárias estão registradas:

no Cartório
n.º Livro
Folha Data

e. INVENTÁRIO

Há obrigatoriedade de abrir o inventário dentro de trinta dias se houver, pelo menos um imóvel ou semovente, cabendo à viúva pagar multa pelos dias que excederem do prazo.

f. SEGUROS

Possuo as seguintes Apólices de Seguro de Vida:

.....
.....
.....

g. TÍTULOS E AÇÕES

Sou possuidor dos seguintes títulos:

.....
.....
.....

9. MEDIDAS ACAUTELADORAS

a. Para maiores facilidades futuras uma segunda via da minha carteira de identidade e de minha esposa encontram-se na pasta n.º 2.

b. Possuo as seguintes contas bancárias:

— Banco S/A — Conta n.º
— Banco S/A — Conta n.º
— Banco S/A — Conta n.º

c. A conta bancária de maior movimento está em conjunto com minha esposa.

— Banco S/A — Conta n.º

- d. O herdeiro não é responsável pelas dívidas contraidas em vida pelo militar.
(Art. 70 do Decreto n.º 49.096, de 10 Out 60)
Reg da Lei de Pensões Militares
- e. Por ocasião da habilitação inicial à Pensão Militar, deverá ser exibida a documentação pertinente a toda coletividade de herdeiros e não ao beneficiário que, segundo a escala legal, deverá receber a pensão originária. (Ver beneficiários contidos no formulário — Anexo n.º 4).
Todas as certidões encontram-se na Pasta n.º 2.
- f. A pensão pode ser transferida ou revertida para outro beneficiário previsto na escala legal.
(Art. 24 da Lei de Pensões Militares)
- Assim poderão ser meus beneficiários:
Por morte de fulano
- g. Para orientarem meus herdeiros junto aos órgãos competentes indico o meu
- (Parente ou amigo — posto)
- h. Este documento foi atualizado no dia
- i. GBOEx, Clube Militar e outros órgãos assistenciais, mediante procuração, realizam a habilitação dos herdeiros à pensão militar.
- j. As entidades securitárias aceitam indicação de beneficiários que não sejam os da escala legal.

ANEXO 2

HERANÇA DO MILITAR

Instruções Reguladoras das Atividades de Funeral em Tempo de Paz

1. Finalidade

a. No âmbito do Ministério do Exército, em tempo de paz, as atividades de funeral passam a constituir um dos encargos de assistência social.

b. Essas atividades compreendem:

(1) Elaboração de normas necessárias à execução do funeral do pessoal militar e de seus dependentes;

(2) Realização de convênios com órgãos municipais ou contratos com entidades civis;

(3) Supervisão, controle, coordenação e fiscalização do emprego dos recursos financeiros.

2. Organização

a. As atividades de funeral compreendem dois escalões:

(1) Escalão de Direção — Diretoria de Assistência Social (DAS)

(2) Escalão de Execução — Região Militar (RM)

b. A DAS terá em sua organização uma Subseção de Funeral, à qual ficarão afetas tais atividades.

c. As RM executarão essas atividades através das Seções de Assistência Social.

3. Atribuições da DAS

a. A DAS compete:

(1) Dirigir as atividades de funeral no âmbito do Exército;

(2) Apoiar as RM, atribuindo-lhes recursos financeiros para tal fim;

(3) Manter-se informada e informar ao DGS dos atos e fatos administrativos relacionados com a Atividade de Funeral;

(4) Realizar o controle físico e financeiro da Atividade Funeral;

(5) Apresentar, ao DGS, relatório anual, assinalando as deficiências e sugerindo medidas para saná-las.

4. Atribuições Regionais

a. As RM competem:

(1) Dirigir as atividades de funeral no âmbito regional;

- (2) Realizar convênios com órgãos municipais ou contratos com entidades particulares;
- (3) Fiscalizar a execução das atividades de funeral nas Guardas integrantes da RM;
- (4) Enviar, trimestralmente, à DAS, os dados para o respectivo controle físico e financeiro;
- (5) Sugerir medidas e providências para o aperfeiçoamento do sistema adotado;
- (6) Apresentar, anualmente, relatório circunstanciado, a respeito das atividades de funeral.

5. Recursos Financeiros

a. Os recursos financeiros necessários à Atividade de Funeral serão obtidos das seguintes fontes:

- (1) Verbas orçamentárias para o atendimento previsto na Lei de Remuneração dos Militares (não indenizável);
- (2) Verbas orçamentárias e/ou do Fundo do Exército, para os pensionistas e dependentes dos militares (indenizável).

b. A DAS colocará à disposição dos Comandos Regionais recursos trimestrais estimados, necessários a financiar o funeral de dependentes e pensionistas de militares.

6. Concessões

a. Para os militares:

- (1) O auxílio-funeral será pago a quem de direito, na forma da Lei de Remuneração dos Militares;
- (2) Se a família ou responsável desejar utilizar os serviços do órgão regional de assistência social, o recolhimento do auxílio-funeral será feito ao referido órgão pela Organização Militar a que se encontrava vinculado o militar. A diferença para menor será paga aos herdeiros, assim como, nos funerais de custo superior ao valor do auxílio-funeral, será indenizada, no ato, pelos responsáveis.

b. Para os pensionistas:

- (1) Ao falecer um pensionista, se houver outra pessoa habilitada à mesma pensão, far-se-á um empréstimo para o funeral, pagável em 24 (vinte e quatro) prestações mensais;
- (2) Caso contrário, o órgão regional de assistência social providenciará o funeral, e a despesa, no valor correspondente ao máximo do auxílio-funeral a que faria jus o militar que deu origem à pensão, será imputada à DAS.

c. Para os dependentes:

(1) Ao militar cujo dependente vier a falecer, será concedido um empréstimo para custeio do funeral pela Região Militar, em cuja área residir, amortizável em até 24 (vinte e quatro) prestações;

(2) O valor desse auxílio, no máximo, deverá igualar-se ao auxílio-funeral a que o militar faria jus.

7. Habilitação

a. Em caso de óbito do militar, de dependente ou de pensionista, o responsável dirigir-se-á ao órgão regional de assistência social, onde solicitará as providências cabíveis, devendo, para tal fim, apresentar os seguintes documentos: Carteira de Identidade, atestado de óbito, carteira de identidade da pessoa morta ou prova de condição de dependente ou pensionista e autorização para consignar as cotas mensais do auxílio-funeral, quando for o caso.

b. Quando o militar realizar o funeral, para posterior solicitação do auxílio-funeral, deverá apresentar, também, com o seu requerimento, além dos documentos acima especificados, os recibos da agência funerária.

8. Prescrições Diversas

a. O órgão regional de assistência social deverá atender, a qualquer hora do dia ou da noite, às solicitações de funeral, com a máxima solicitude.

b. Os comandos regionais de Guarnição ou OM deverão divulgar ampla e periódicamente as suas normas de funcionamento, de forma a facilitar os atendimentos.

c. Os dependentes são os previstos na Lei de Remuneração dos Militares.

d. Os convênios ou contratos realizados pelas RM devem ser remetidos à DAS, para conhecimento. Quando se tratar de convênio, é necessário a homologação pelo DGS.

e. A prestação de contas, quer das regiões militares para a DAS, quer desta para o DGS, será feita mediante sistemática adotada pelo Sistema de Administração Financeira do Exército.

f. Os casos omissos ou de dúvidas serão solucionados pela DAS e pelo DGS.

HERANÇA DO MILITAR

Procedimento para recebimento de qualquer benefício junto aos Órgãos de Previdência — (GBOEx, CAPEMI, CORRFA, etc...)

a. **EM CASO DE MORTE** (natural ou acidental)

- 1) Comunicação imediata ao Órgão de Previdência.
(Por telegrama) do falecimento do associado, levando o fato ao conhecimento do representante legal.
A comunicação será feita pelos próprios beneficiários.
- 2) A comunicação do falecimento do associado poderá ser feita também pelo:
 - a) Gerente da Agência na localidade;
 - b) Comandante ou Chefe do Órgão Militar onde servia o associado;
 - c) Diretor do Hospital Militar onde ocorreu o óbito;
 - d) Representante junto às Unidades, Escolas ou Estabelecimentos Militares;
 - e) Representante ou autoridade credenciada no meio civil.
- 3) Entrega ou remessa ao Órgão de Previdência pelo meio mais rápido, dos seguintes documentos:
 - a) "Certidão de Óbito", com firma reconhecida;
 - b) "Formulário de Liquidação" devidamente preenchido (absolutamente indispensável em caso de acidente);
 - c) Prova de Identidade:
 - 1 — Certidão de Casamento, se o cônjuge for o beneficiário;
 - 2 — Certidão de Nascimento, nos demais casos.
 - d) Diploma Social;
 - e) Carteira de Identidade.

Observações:

- 1) A "morte por assassinato" é considerada "acidente", desde que não tenha sido provocada pela vítima;
- 2) A "morte por suicídio" é considerada morte natural, para fins de pagamento do pecúlio;
- 3) Torna-se dispensável o Formulário de Liquidação, ao associado que contar com mais de 5 (cinco) anos de associado, ao falecer.

Entretanto, se a morte ocorrer por acidente, assassinato ou suicídio, o referido documento é indispensável (mesmo com mais de 5 anos de sócio). Nestes casos, também são necessários os seguintes documentos: Certidão da Ocorrência Policial, Certidão da conclusão do IPM ou IP, auto de necropsia etc..., tudo conforme as circunstâncias que envolvem cada acontecimento.

b. SEGURO DE ACIDENTE DE SÓCIO (*)

- 1) A comunicação deverá ser feita ao Órgão de Previdência dentro dos primeiros 30 (trinta) dias da ocorrência, inclusive quando houver previsão médica de invalidez total ou parcial, imediata ou posterior ao acidente, para ser providenciado o pagamento da indenização a que o sócio tiver direito, inclusive:
 - a) Despesas médicas até Cr\$ (reembolso)
 - b) Diárias hospitalares até diárias de Cr 4,00 (reembolso).

2) Comprovantes

Para fazer jus a essas indenizações deverá o associado remeter ao Órgão de Previdência:

- a) Formulário de liquidação, devidamente preenchido;
- b) Comprovante de despesas médicas;
- c) Comprovantes de despesas realizadas em hospitais, clínicas, laboratórios etc...

3) Invalidez permanente por acidente

Nesse caso, deverá ser preenchida pelo médico a parte inferior (picotada) do Formulário de Liquidação, que será destacada e remetida ao Órgão de Previdência.

c. BENEFICIARIOS (*)

- 1) Serão os constantes da proposta preenchida e assinada pelo sócio. Os dependentes legais deverão providenciar, no juiz competente o necessário alvará do qual conste como o Órgão deverá proceder: se depositar a importância devida aos referidos menores beneficiários em Estabelecimento bancário, ou se deverá pagá-la diretamente aos seus representantes legais, cujos nomes deverão ser mencionados no alvará.

OBS.: (*) Varia com os Estatutos ou Instruções dos diferentes Órgãos de Previdência.

- 2) Conforme jurisprudência firmada pelo STF, concubina ou companheira não podem preterir esposa, quando não tenha havido desquite judicial.
(Art. 1.474 do Código Civil).
- 3) Não serão pagos não cabendo ao Órgão restituição alguma de pecúlio dos sócios que estiverem em atraso de 3 (três) mensalidades consecutivas.
- 4) Na falta de declaração do sócio, o pagamento do pecúlio será efetuado na forma estatuída na Legislação Militar, ou de acordo com o Código Civil, conforme o caso.
- 5) O Pecúlio não reclamado pelo beneficiário no prazo de 5 (cinco) anos, reverterá ao patrimônio do Órgão.
- 6) O sócio que falecer em atraso de 6 (seis) contribuições ou mais, e que, por qualquer motivo, não tiver sido excluído será considerado como eliminado, com a consequente perda do pecúlio.
- 7) As mensalidades pagas adiantadamente serão restituídas, em caso de morte do associado aos seus herdeiros.
- 8) Não terá andamento nem validade a proposta que não trouxer beneficiário(s) ou assinatura.
- 9) Nenhum pecúlio não reclamado oportunamente vencerá juros.

HERANÇA DO MILITAR

PENSÃO MILITAR

A) A Lei n.º 5.774, de 23 Dez 71 (Estatuto dos Militares) diz:

— “Art. 76 — A pensão militar destina-se a amparar os beneficiários do militar falecido ou extraviado e será paga conforme o disposto na Lei de Pensões Militares”.

B) A Lei de Pensões Militares (n.º 3.765, de 4 Mai 60) determina o pagamento mensal da pensão, devido aos beneficiários, tendo como base o valor da “contribuição mensal” do militar, na forma seguinte:

- a) 20 vezes a contribuição, para os falecimentos não enquadrados nas letras “a” e “b”, a seguir;
- b) 25 vezes a contribuição, para os falecimentos em caso de acidente ou de moléstia consequente ao acidente;
- c) 30 vezes a contribuição, se o falecimento decorrer de ferimento recebido, de acidente havido ou de moléstia adquirida, em operações de guerra ou na manutenção da ordem interna.

C) Ainda a Lei n.º 3.785, estabelece:

"Art. 27 — A pensão militar é impenhorável e só responde pelas consignações autorizadas e pelas dívidas contraídas pelos herdeiros já no gozo da pensão".

"Art. 28 — A pensão militar pode ser requerida a qualquer tempo, condicionada, porém, a percepção das prestações mensais à prescrição de 5 (cinco) anos".

"Art. 29 — É permitida a acumulação:

- a) de duas pensões militares;
- b) de uma pensão militar com proventos de disponibilidade, reforma, vencimentos, aposentadoria ou pensão proveniente de um único cargo civil".

"Art. 30 — A pensão militar será sempre atualizada pela tabela de vencimentos a que estiver em vigor, inclusive quanto aos beneficiários dos contribuintes falecidos antes da vigência desta Lei".

D) O Decreto n.º 49.096, declara:

"Art. 76 — A pensão militar será considerada para efeito do imposto de renda, na forma das normas vigentes reguladoras desse tributo".

BENEFICIARIOS

O Estatuto dos Militares declara:

"Art. 77 — A pensão Militar defere-se nas prioridades e condições estabelecidas a seguir e de acordo com as demais disposições da Lei de Pensões Militares:

- ✓ "a) à viúva";
- ✓ "b) aos filhos de qualquer condição, exclusive os maiores do sexo masculino, que não sejam interditos ou inválidos";
- ✓ "c) aos netos, órfãos de pai e mãe, nas condições estabelecidas para os filhos";
- ✓ "d) à mãe ainda que adotiva, viúva, desquitada ou solteira, como também à casada sem meios de subsistência, que viva na dependência económica do militar, desde que comprovadamente separada do marido; e ao pai, ainda que adotivo, desde que inválido, interdito ou maior de 60 (sessenta) anos";

"e) às irmãs germanas ou consangüíneas solteiras, viúvas ou desquitadas, bem como aos irmãos germanos ou consangüíneos menores de 21 (vinte e um) anos, mantidos pelo contribuinte, ou maiores interditos ou inválidos"; e

"f) os beneficiários instituídos que, se do sexo masculino, só poderá ser menor de 21 (vinte e um) anos ou maior de 60 (sessenta) anos, interdito ou inválido, se do sexo feminino, solteira".

"Art. 78 — O militar viúvo, desquitado ou solteiro poderá destinar a pensão militar, se não tiver filhos capazes de receber o benefício, à pessoa que viva sob sua dependência econômica no mínimo há 5 (cinco) anos e desde que haja subsistido impedimento legal para o casamento".

"§ 1.º — Se o militar tiver filhos, somente poderá destinar à referida beneficiária metade da pensão militar".

"§ 2.º — O militar que for desquitado somente poderá valer-se do disposto neste artigo se não estiver compelido judicialmente a alimentar a ex-esposa".

Observação: — No caso de mais de um beneficiário, de igual prioridade, a Pensão será repartida, igualmente, entre eles, salvo o previsto no art. 9.º, §§ 2.º, 3.º e 4.º, da Lei n.º 3.785, revigorados pelo art. 37, §§ 2.º, 3.º e 4.º do Decreto n.º 49.096, que estabelecem:

"§ 2.º — Quando o contribuinte, além da viúva, deixar filhos do matrimônio anterior ou de outro leito, metade da pensão respectiva pertencerá à viúva sendo a outra metade distribuída igualmente entre os filhos habilitados, na conformidade deste Regulamento".

"§ 3.º — Se houver, também, filhos do contribuinte com a viúva ou fora do matrimônio, reconhecidos estes na forma da Lei n.º 833, de 21 Out 49, metade da pensão será dividida entre todos os filhos, adicionando-se à viúva as cotas-partes de seus filhos".

"§ 4.º — Se o contribuinte deixar pai inválido ou interdito e mãe que vivam separados, a pensão será dividida entre ambos. No caso de falecimento, quer vivam eles separados ou sob o mesmo teto, o direito à pensão transfere-se ao cônjuge sobrevivente".

HABILITAÇÃO

— A Habilitação ao recebimento da Pensão Militar se inicia com o requerimento do(s) Beneficiário(s) à Organização Militar competente; conforme a prioridade estabelecida no Título BENEFICIARIOS.

Documentação para Habilitação (anexada com respectivo requerimento)

A) Viúva

- 1) Certidão de Óbito do Militar; (Firma)
- 2) Certidão de Casamento; (Firma)
- 3) Certidão de Nascimento dos filhos ou de Casamento (se casados);
- 4) Carta Patente do militar;
- 5) Atestado de que percebe (ou não) dos cofres públicos proveitos ou pensões, com a respectiva discriminação, em caso positivo;
- 6) Outros documentos, se exigidos, em função de nova legislação relativa ao assunto.

B) Filhos

- Deverão apresentar a documentação mencionada em "A" e mais;
- Certidão de Óbito da viúva do militar.

C) Companheira

- Além da documentação citada em "A", deverá apresentar ainda:
 - 1) Certidão da sentença homologatória do desquite, para o cônjuge desquitado;
 - 2) Certidão de nascimento ou casamento da companheira;
 - 3) Certidão de nascimento, casamento ou óbito de todos os filhos do militar;
 - 4) Testamento público, caso o militar haja destinado a pensão nestes moldes, para a companheira;
 - 5) Certidão de casamento dos pais do militar.

D) Netos

- Documentos mencionados nos números 4 e 5, da letra "A" e mais:
 - 1) Certidão de casamento dos avós e dos pais;
 - 2) Certidão de óbito dos avós e dos pais;
 - 3) Certidão de nascimento ou de casamento do(s) requerente(s).

E) *Paiz inválido ou interdito* — Documentos constantes dos n.os 1, 4 e 5 da letra "A" e mais:

- 1) Certidão de nascimento do militar;
- 2) Certidão de nascimento ou casamento do requerente;
- 3) Certidão de óbito da mãe do militar ou Atestado de que vive com a esposa sob o mesmo teto.

F) *Mãe* — Os documentos citados em 1, 4 e 5, letra "A" e mais:

- 1) Certidão de nascimento do militar;
- 2) Certidão de nascimento do requerente.

F.1) Variantes do caso Mãe

- 1) *Mãe Viúva* — Os documentos enumerados na letra "F";
- 2) *Mãe Desquitada* — Os documentos citados na letra "F" e mais Certidões de casamento e desquite;
- 3) *Mãe Casada* — (alínea "d", do art. 77, do Estatuto dos Militares — item *Beneficiários*) — A documentação mencionada na letra "F" e mais: Certidão de casamento;
- 4) *Mãe Adotiva* — A documentação referida na letra "F" e mais: Escritura Pública de Adoção;
- 5) *Mãe Solteira* — A documentação citada em "F".

G) *Irmãos* — Os documentos dos n.os 1, 4 e 5, letra "A" e mais:

- 1) Certidão de nascimento do militar;
- 2) Certidões de nascimento e óbito dos pais;
- 3) Certidões de nascimento, casamento ou óbito dos irmãos do militar;
- 4) Certidões de óbito dos maridos das irmãs;
- 5) Certidão homologatória do desquite, para o caso da irmã desquitada.

H) *Beneficiário instituído* — Os documentos enumerados em 1, 4 e 5 da letra "A" e mais:

- 1) Certidão de nascimento ou casamento do militar;
- 2) Certidões de óbito: dos pais, da esposa, dos filhos, dos irmãos e dos netos do militar.

DECLARAÇÃO DE BENEFICIARIOS

É indispensável ao processo para a habilitação à percepção da Pensão Militar. Quando não tiver sido feita, ou estiver incompleta, ou, ainda der margem a dúvidas, a repartição competente exigirá dos interessados certidões ou quaisquer outros documentos necessários à comprovação dos seus direitos.

MELHORIA DE PENSÃO

Esta melhoria ocorre com a promoção *post-mortem* do militar, conforme estabelece o Regulamento de Pensões Militares (Decreto n.º 40.096, de 10-10-960):

"Art. 6.º — A pensão resultante de promoção *post-mortem* será paga aos beneficiários a partir da data do ato da promoção."

"Art. 23 — Como regra geral a concessão depende do desconto ou recolhimento de 24 (vinte e quatro) contribuições mensais, relativas à pensão que será deixada aos beneficiários."

"§ 2.º — Se ocorrer a melhoria prevista no art. 6.º (ora transcrito) deste Regulamento, achando-se o beneficiário no gozo da pensão, ser-lhe-á cobrada apenas a diferença das 24 (vinte e quatro) contribuições relativas à nova pensão."

Para gozar desta melhoria o(s) Beneficiário(s) deverá(ão) procurar a OM pagadora da Pensão anterior, para a devida orientação.

O Decreto n.º 49.096/60 declara:

"Art. 41 — São documentos hábeis para a concessão da melhoria da Pensão:

- a) Requerimento da parte;
- b) Decreto de promoção *post-mortem* do contribuinte.

REVERSÃO E TRANSFERÊNCIA DA PENSÃO MILITAR

De acordo com os artigos 23 e 24 da Lei n.º 3.785, de 04/05/60 e os artigos 48 e 49, do Decreto n.º 49.096, de 10/10/60 haverá Reversão ou Transferência da Pensão Militar, quando o Beneficiário perder o direito à mesma.

A perda da Pensão ocorre quando o Beneficiário:

- a) falece;
- b) sendo do sexo masculino, atinge o Beneficiário a maior idade;
- c) renunciar, expressamente, ao seu direito;
- d) tenha sido condenado por crime de natureza dolosa, do qual resulte a morte do militar que deixou a pensão;
- e) se viúva, tiver má conduta, apurada em processo judicial, ou venha a ser destituída do Pátrio Poder, na conformidade do Código Civil.

REVERSÃO DE SENTIDO "VERTICAL"

Ocorre quando os novos Beneficiários forem de ordem subsequentes (item Beneficiários). A reversão só poderá verificar-se uma vez.

→ → Não haverá "reversão", de modo algum, em favor de Beneficiário instituído (art. 24, parágrafo único da Lei n.º 3.785/60).

TRANSFERÊNCIA DE SENTIDO "HORIZONTAL"

Ocorre quando se tratar de Beneficiário da mesma ordem (Beneficiários). Não há limite para a transferência. Verificar-se-á sempre que houver impedimento de qualquer dos Beneficiários.

OUTROS ESCLARECIMENTOS

Os oficiais demitidos a pedido poderão continuar como contribuintes da pensão militar, desde que paguem a contribuição devida, a partir da data da demissão.

O oficial da ativa, da reserva remunerada ou reformado, contribuinte obrigatório da pensão militar, que perder o posto e patente deixará aos seus herdeiros a pensão militar correspondente.

IMPOSTO DE RENDA

- a) O Decreto n.º 49.096/60 determina:

"Art. 76 — A pensão militar será considerada para efeito de imposto de renda, na forma das normas vigentes reguladoras desse tributo."

b) Para o cumprimento desta determinação o Beneficiário deverá levar em consideração o fato do militar ter ou não feito a Declaração relativa ao ano-base anterior.

b.1) 1.º Caso — *O militar não fez a Declaração*

O Beneficiário viúva, (ou quando único) ou o "procurador dos Beneficiários (quando vários) fará a referida Declaração, relativa ao ano-base em pauta.

b.2) 2.º Caso — *O militar fez a Declaração*

Neste caso, caberá ao(s) Beneficiário(s) fazer, em nome do falecido a Declaração correspondente ao período do ano em que esteve vivo; ou seja do mês de janeiro até a data do seu falecimento. A Declaração será prestada na época prevista pela lei em vigência.

b.3) Ao(s) Beneficiário(s) caberá fazer a Declaração do Imposto de Renda, a partir da percepção da pensão militar. Havendo mais de um Beneficiário na forma do art. 9.º, §§ 2.º, 3.º e 4.º, da Lei n.º 3.785 (Ver *Observação*, item *Beneficiários*) os Beneficiários farão suas Declarações, separadamente, conforme a lei respectiva em vigor.

b.4) O(s) Beneficiário(s) deve(m) requerer à Delegacia da Receita Federal o cancelamento do falecido do "Cadastro de Pessoas Físicas".

"Nas florestas tropicais do sudeste da Ásia, não há um substituto barato para o artigo mais caro de todos: o infante treinado para o combate; não o soldado produzido em massa nos campos de instrução, mas ao combatente da selva, pacientemente instruído, que sobreviverá na selva — não em sua orla — e que sobrepujará o inimigo quando necessário."

BERNARD FALL

As Forças Armadas Francesas

Ten. Cel. Eng. QEMA
JOB LORENA DE SANT'ANNA

*Como está hoje o Exército Francês,
que ajudou a formar os Chefes dos
nossos Chefes.*

Depois de 1945, a amarga experiência vivida e a evolução das relações internacionais, notadamente o desenvolvimento da "guerra fria", obrigaram as Forças Armadas francesas a passar por grandes transformações.

Essas mudanças estão em curso e é impossível indicar as orientações que prevalecerão (1). Mas vale um ligeiro bosquejo, baseado em livros e revistas atuais.

(1) Este artigo é escrito pouco após a morte de Pompidou, quando o gaullismo parece esfacelado e o candidato das esquerdas ameaça a França com promessas de "regime coletivista", oferecendo um terço do Ministério para ser integrado por comunistas.

O Exército Francês, considerado o "Grande Mudo", foi obrigado a falar em 1968 quando do "chien lit" que pretendia lançar a França numa grande baderne.

O mundo aguarda com indisfarçável ansiedade para saber que rumos dará a França e o substituto de Georges Pompidou, discípulo dileto do General de Gaulle.

A nova concepção

A França adotou para suas Forças Armadas uma organização baseada numa nova concepção, concepção esta sintetizada em três pontos:

1.º) As condições da guerra moderna e a evolução das técnicas exigem, acima das distinções entre Exército, Marinha e Força Aérea, um comando único e fortemente centralizado.

2.º) A distinção admitida é a das metas, que tende a dar lugar à atual estrutura mais funcional, fundamentada sobre três diferentes objetivos: evitar a guerra; intervir em caso de conflito; defender o território.

3.º) As Forças Armadas se integraram, cada vez mais, à vida da Nação: a noção de serviço militar tende a ser substituída pela de serviço nacional.

Comando centralizado

As reformas de 1959 e 1961, suprimindo os Ministros das forças singulares, tiveram em mira assegurar a unidade de comando no escalão mais alto, como explicaremos a seguir.

O Presidente da República é o Chefe das Forças Armadas e preside os Conselhos e Juntas de Defesa. São esses o Estado-Maior da Defesa Nacional e o Conselho Superior de Defesa.

O General de Gaulle, desde 1958, foi ampliando os poderes do Executivo, transformando a 5.ª República Francesa praticamente em regime presidencial, dando mais estabilidade ao Primeiro-Ministro e ao Ministério. O Primeiro-Ministro dirige a ação do Governo, detendo, portanto, os poderes políticos mais importantes.

O Primeiro-Ministro é o responsável pela Defesa Nacional e, para tanto, prepara e conduz as operações militares. É, assim, membro dos dois órgãos de segurança acima citados o Estado-Maior da Defesa Nacional e o Conselho Superior de Defesa.

Diretamente subordinado ao Primeiro-Ministro Fica o Ministro das Forças Armadas, responsável pela execução da política militar. Este Ministro dispõe de um Estado-Maior Combinado (oficiais das três forças singulares), um Secretário-Geral de Administração e um Delegado de Armamento. Este Delegado, dispondo obviamente de uma assessoria múltipla, garante o máximo possível de uniformidade para o material bélico empregado pelas três Forças.

Com a freqüência necessária, é reunido, sob a presidência do Ministro das Forças Armadas, o Conselho de Chefes de Estado-Maior (do Exército, da Armada e da Força Aérea).

Um exército funcional

Para responder às exigências da guerra moderna, o Exército francês mantém três características, indispensáveis nas operações: mobilidade, rapidez e flexibilidade.

Engenhos científicos, equipamento sempre novo e atualizado, além de uma grande variedade de tropas especializadas garantem a eficiência daquele Exército.

As forças especializadas são agrupadas segundo uma estrutura equivalente à de todos os grandes exércitos ocidentais. Organizam-se em brigadas com efetivos de 4.000 a 5.000 homens, que podem estar sob o comando de uma divisão.

Cada brigada comporta batalhões de carros (a arma anticarro por excelência, até a Guerra de Yom-Kipur), batalhões de Infantaria mecanizada, motorizada e blindada, além de grupos de Artilharia.

As brigadas pára-quedistas são homogêneas. Isto é, todos os seus elementos são aero-terrestres.

Unidades aerotransportadas e anfíbias podem ser enxertadas em qualquer tipo de brigada, se necessário.

Os elementos de apoio ao combate, em que ressalta a Engenharia, estão vinculados às divisões, em condições de integrar as brigadas.

Compromissos e missões

Coerentes com sua missão de defesa do território nacional e com seus atuais compromissos dentro da OTAN, as Forças Armadas francesas podem ser alinhadas em três categorias:

- 1.ª) Forças nucleares estratégicas;
- 2.ª) Forças combinadas de intervenção;
- 3.ª) Forças de defesa territorial.

As forças nucleares estratégicas têm a missão de dissuasão: evitar a guerra, fazendo demonstração de seu poderio ao inimigo em potencial.

Integrante do "Clube Atômico", a França tem considerável arsenal de armas nucleares terrestres, navais e aéreas.

Sucessivas gerações de "Mirage" vêm mostrando, em verdadeiros testes dinâmicos, ao mundo político e militar, a eficiência da engenharia aeronáutica francesa. Não faltaram observadores que atribuísssem a vitória israelense na "Guerra dos Seis Dias" àqueles aviões franceses.

Submarinos nucleares franceses já vêm singrando os oceanos desde 1970. Não obstante as reações dentro e fora do "Clube Atômico", a França tem prosseguido irredutível nas suas experiências nucleares subaquáticas e aéreas.

As forças combinadas de intervenção encontram-se vinculadas à OTAN. A França, palco, figurante, vítima e heroína das duas Guerras Mundiais, integra fiel e substancialmente as forças do Tratado do Atlântico Norte. Tem mais de 70.000 homens na Alemanha ou próximo à fronteira.

Ainda sob a epígrafe de intervenção, vamos encontrar forças navais, aeronavais e aerotáticas, somando mais de 250.000 t de capacidade flutuante, 300 helicópteros utilitários e de combate, 500 aviões de combate e 250 de transporte.

Lembramos que a divisão territorial brasileira em Regiões Militares é de inspiração francesa. A finalidade inicial,

lá e cá, é a defesa operacional do território. Conhecendo, ao longo de 70 anos, o dissabor de três invasões, a França procura não descurar da defesa de seu solo. Além da defesa aérea e das forças navais de defesa, conta com bem instruídas brigadas regionais e regimentos divisionários para a defesa operacional do território.

É intenção de todo francês manter a guerra afastada para fora de suas fronteiras, ainda mesmo que volte a ferver o "caldeirão europeu".

A Defesa e o Serviço Nacional

A doutrina francesa admite a multiplicidade de formas que atualmente podem tomar os conflitos internacionais. Guerra fria, guerra subversiva, guerra insurrecional, guerra limitada, guerra total são expressões que substituem o antigo binômio — guerra externa e, guerra civil. Pois a França, de Joana d'Arc e de De Gaulle, mística e pragmática, não sentiu na própria carne as dolorosas experiências da Indochina e da Argélia?

Entende-se hoje, e tornamos a repetir, lá e cá, que a defesa nacional deve ser assegurada em todos os tempos e em todas as circunstâncias, sob diversos aspectos: militar, político, diplomático, econômico, científico, psicológico, cultural e moral. Com efeito, não é mais questão de esperar o dia da "mobilização geral" para, então, armar todos os espíritos. A defesa nacional exige realmente a mobilização permanente de todas as forças vivas do país.

Assim, o serviço militar na França não é mais do que um aspecto particular do Serviço Nacional que compreende:

— o serviço militar tradicional, com o tempo de 18 meses, e que comporta um período de serviço ativo e períodos de instrução até a idade limite de 37 anos.

— o serviço de defesa, espécie de mobilização total de patriotas até os 60 anos.

A última reforma previa 600.000 militares ativos (sem contar a Gendarmeria, também subordinada ao Ministério das Forças Armadas) para garantir a defesa nacional, equivalendo a 1,2% da população francesa.

Dois terços do efetivo armado (400.000) pertencem ao Exército. A Força Aérea conta com 125.000 homens, e as restantes 75.000 são da Marinha de Guerra.

Esse um pequeno instantâneo das Forças Armadas da França, fator preponderante, a par da decantada cultura francesa, da segurança interna para o povo e do prestígio internacional para aquela nação amiga.

BIBLIOGRAFIA

GUIDE FRANCE — G. Michaud

Défense Nationale — Fevereiro de 1974

Défense Nationale — Março de 1974.

A eficiência de todo exército depende de diversos fatores, mas um deles se destaca — o moral. Podemos dispor de todo o material existente no mundo; sem moral pouco conseguiremos. Esse fator que temos de considerar antes de mais nada, é determinado por diversas condições; em primeiro lugar, depende naturalmente do prestígio dos chefes, da disponibilidade de equipamento e, afinal de contas, da população que permanece na Zona do Interior.

GEN G. MARSHALL

O Agente Químico CS

Capitão de Artilharia
ANTONIO MACHADO DE PAIVA
Instrutor de Guerra QBN-ESIE

1. INTRODUÇÃO

CS é o símbolo militar que identifica o agente químico de guerra empregado em controles de tumultos em maior evidência nos últimos anos.

Substituto dos "gases lacrimogênicos" do passado, algumas vezes tem sido chamado de "supergás lacrimogênio" em virtude do seu maior poder de ação quando comparado com os compostos antigos. Constitui-se, no entanto, em material extremamente seguro, a despeito de sua reconhecida potência.

O Exército dos Estados Unidos fez do CS o seu agente-padrão para controle de tumulto, desde 1959, deixando de lado, paulatinamente, o CN (cloroacetofenona).

Em 1969 as primeiras granadas de mão caregadas com CS chegaram à Seção de Guerra QBN da Escola de Instrução Especializada, quando então foram iniciados, no Exército, os testes em pessoal, graças aos esforços do então Capitão João Bosco de Carvalho Santos, Instrutor de Armamento e Munição.

O presente trabalho, inteiramente baseado na tradução da pouca documentação existente sobre esse agente, feita na época por aquele Oficial, com a colaboração do autor deste artigo, procura mostrar as características básicas e o correto emprego, pela tropa, de uma substância que, por si só, poderá resolver problemas que, por outros processos, criariam graves inconvenientes e mesmo baixas no pessoal militar ou no grupo-alvo.

Procurou-se, também, apresentar a experiência acumulada com o seu emprego, quer em concentrações ao ar livre, quer em câmaras de gás, através do manuseio que vem sendo feito de 1969 até hoje na Seção de Guerra QBN.

2. DESENVOLVIMENTO

Generalidades

O CS tem seu símbolo militar derivado das iniciais dos dois cientistas, Curson e Staughton que pela primeira vez o prepararam em 1928.

Seu nome químico é ortho-cloro-benzil-malononitrila, sendo nas condições normais de temperatura e pressão um pó cristalino branco, semelhante ao talco. Para que possa melhor cobrir um alvo rapidamente, deve ser dispersado em forma de aerosol, podendo a dispersão ser feita com dispersadores, granadas de arrebentamento ou pela queima de uma mistura de combustível e do agente.

Sua utilização é mais indicada quando não são desejados danos físicos ou mecânicos no alvo, permitindo que os sistemas de lançamento, na sua maioria, sejam leves e portáteis.

Efeitos

Os efeitos do CS são marcantes. Uma irritação bem característica se faz sentir imediatamente após a exposição ao agente, podendo perdurar de 5 a 10 minutos após o gasado ser retirado da concentração e levado para local de ar puro.

Durante esse tempo fica incapaz de uma ação coordenada, já que a nuvem do agente causa sensação de queimadura nos olhos, lacrimejamento abundante, corrimento nasal, dificuldades na respiração e sensação de opressão. Os olhos se fecham involuntariamente e toda a pele exposta arde com intensidade, principalmente se atringida.

As mucosas apresentam maior sensibilidade, podendo ocorrer, também, dependendo da concentração e das características individuais, tonturas, dor de cabeça mais ou menos acentuada e inclusive náuseas e vômitos.

Mesmo em concentrações extremamente baixas a presença do agente pode ser notada em virtude dos constantes espirros que provoca e do aparecimento de corrimento nasal.

Primeiros socorros e descontaminação

O CS possui baixa persistência, razão porque, mesmo em altas concentrações, quando empregado no controle de tumultos, a área atacada não requer nenhuma operação de descontaminação.

O pessoal exposto, entretanto, poderá necessitar ser descontaminado.

A primeira medida indicada é a remoção do gasado para local de ar puro, devendo ficar de frente para o vento e se possível lavar as mãos e o rosto com água em abundância, procurando, entretanto, não esfregar o rosto e os olhos, a fim de evitar uma maior ardência.

O homem que, por qualquer motivo, receber uma alta contaminação, deverá retirar toda a roupa e lavar-se em água corrente, demoradamente, a fim de remover as partículas do agente.

A contaminação residual poderá ser retirada com o auxílio de uma solução de bisulfito de sódio a 5%, tendo-se o cuidado de não passá-la em torno ou dentro dos olhos.

Concentração eficiente

Otém-se uma concentração eficiente do agente, para o homem adulto, quando se lança de 10 a 20 mg por metro cúbico. Isto significa dizer que um homem que permaneça em presença de uma nuvem de CS, por um espaço de tempo de 1 minuto, absorverá tão somente 4% dos 20 mg, já que ele absorve um metro cúbico de ar em 66 minutos.

As munições existentes, quando utilizadas corretamente, produzem uma concentração que geralmente não excede à dose eficaz.

Entretanto, circunstâncias imprevisíveis podem criar doses que irão afetar mais seriamente os indivíduos, o que nos leva a raciocinar com um fator de segurança.

Pode-se, entretanto, afirmar que o CS nunca provocou a morte de um indivíduo a despeito do seu uso repetido, seja para fins de instrução, seja em combate ou controle de distúrbio e que seu uso só foi autorizado após exaustivos testes de segurança.

Pesquisas

Os médicos e toxicologistas que trabalharam nos testes de segurança do CS, seguiram uma seqüência análoga, à usada na experimentação de uma nova droga.

O primeiro teste foi realizado em cobaias cuidadosamente selecionadas e posteriormente em seres humanos.

Tal fato possibilitou determinarem-se os efeitos nos animais e pelo gradual aumento da dose chegar-se à dose de segurança.

A investigação, então, estendeu-se a um grande número de espécies animais, inclusive os primatas, tendo em vista sua analogia com o homem.

Nestes experimentos, animais de diferentes idades, sexos e pesos foram utilizados para serem determinados os efeitos resultantes dessas diferenças.

Também as exposições foram as mais diversas, curtas, demoradas, contínuas ou espaçadas.

Além das respostas clínicas dos animais, voluntários foram testados, utilizando-se a dose de incapacitação para animais para estimar-se o fator de segurança para o homem, encontrando-se no final o valor 2600.

Isto significa dizer que é necessário multiplicar por 2600 a dose de CS que afeta um homem, para que ela se torne letal, o que indica ser extremamente improvável que em condições de campanha possam surgir concentrações que ponham em risco a vida humana.

Estudos posteriores, em macacos e cabras com pneumonia, mostraram que a doença não havia sofrido alterações sérias pela presença de altas concentrações. Também ratazanas e cães expostos durante cinco semanas a repetidas doses de CS, não apresentaram sintomas significativos.

Para avaliar o efeito nos órgãos da visão, o CS foi colocado em olhos de coelhos, somente resultando uma conjuntivite temporária, sem dano na córnea.

Finalmente, a reação de indivíduos maiores de 50 anos ou portadores de alergoses, hipertensão, ictericia ou hepatite não foi diferente da apresentada em jovens saudáveis.

Em síntese, estes resultados, somados ao uso intensivo em campanha, mostraram que o CS é um agente de controle de tumultos de grande eficácia, pela sua ação rápida e efeito psicológico, apresentando um fator de segurança que torna extremamente baixa a probabilidade de ocorrerem mortes em razão do seu uso.

Proteção e munição

A melhor proteção contra este agente é obtida pelo uso da máscara contra gases e roupa de campanha de forma que nenhuma parte do corpo fique exposta. A luva de borracha, como proteção adicional, é indicada.

Nas granadas de arrebentamento deve ser usado na sua forma cristalina pura, sendo aconselhável a mistura de 95% de CS com 5% de silica-gel (CS-1) quando utilizado nas munições do tipo queima e em dispersadores.

Características principais

| | |
|--------------------------------|--|
| Classificação básica | — gás |
| Classificação tática | — inquietante |
| Classificação fisiológica | — lacrimogêneo |
| Símbolo militar | — CS |
| Nome químico | — ortho-cloro-benzil-malono-nitrila |
| Fórmula química | — $C_1C_8 H_4 CHC (CN)_2$ |
| Solubilidade | — insolúvel na água e no etanol. — Solúvel no cloreto de metila |
| Capacidade de armazenamento | — 10 a 20 lb/pé cúbico |
| Peso molecular | — 188,5 |
| Ponto de fusão | — 93 a 95°C |
| Ponto de ebulição | — 310 a 315°C |
| Ponto de fulgor | |
| Temperatura de decomposição | |
| Calor latente de vaporização | Prejudicado |
| Velocidade de hidrólise | |
| Produtos da hidrólise | |
| Estabilidade de armazenagem | — estável |
| Ação sobre os metais | — ligeira, sobre o aço |
| Odor-apimentado, picante | — |
| Dosagem letal média | — 25000 mg/min/m ³ |
| Dosagem de incapacitação média | — 10 a 20 mg/min/m ³ |
| Velocidade de desintoxicação | — 5 a 10 minutos para a dosagem de incapacitação. |

3. CONCLUSÃO

Os êxitos obtidos pela Guerra Química, tanto durante a I Guerra Mundial, como na II Grande Guerra, quando foi largamente empregada através de agentes fumígeros e incendiários, consagraram-na como uma das mais eficientes formas de guerra moderna.

O emprego de agentes químicos, além disso, avultam em importância quando as forças regulares são empregadas no combate às guerrilhas, urbana ou rural ou no controle de distúrbios.

O cumprimento da missão, no nosso entender, estará grandemente facilitado, então, se tropas bem treinadas e equipadas souberem fazer um uso correto de agentes inquietantes, como o CS.

O DESFILE

Levanta-te, Criança, tira o gorro da cabeça e apruma o peito.
É o Exército Brasileiro que desfila diante de ti.

Vê como são todos unidos, esses soldados fortes e corajosos.
Vê como todos eles marcham animados pelo mesmo ideal: a
Pátria.

Uma única bandeira os congrega: o sagrado pendão verde-
amarelo.

Marcham em passos cadenciados e acompanham o ruíço
metódico dos tambores, com o sorriso nos lábios, a testa batida
pelo Sol e pelo vento, os olhos fitos na Bandeira Nacional.

Vê criança, o singular poder de união encarnado pelo nosso
Exército.

Os quartéis concentram brasileiros vindos de todos os qua-
drantes. De Goiás, do Amazonas, das margens do São Francisco,
dos cimos da Mantiqueira, das coxilhas do Rio Grande do Sul, das
planícies costeiras e dos planaltos do Centro, de todos os recantos
do Brasil vieram esses brasileiros envergar a farda com que
hoje, orgulhosos, eretos e esperançosos, desfilam diante de ti.

Não há ricos nem pobres, nem nortistas, nem sulistas, nem
acreanços, nem rio-grandenses. Todos eles são soldados do Brasil!

Um único lema os encabeça — OBEDECER. Um único ideal
anima milhares de peitos erguidos — servir ao Brasil.

Levanta-te, Criança! É o Exército Brasileiro que passa!

(Do "Progresso", informativo mensal do 1.º BEC.)

**COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA
INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1973/76)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Div Abdón Senna
Diretor-Secretário — Cel Cav Ivan Lauriodó de Sant'Anna
Diretor-Administrativo — Cel Art Erar Campos de Vasconcellos

CONSELHEIROS

Gen Div Arnaldo José Luiz Calderari
Cel Cav João Severiano da Fonseca Hermes Neto

CONSELHO FISCAL

Cel Cav Jerônimo Machado da Fonseca
Ten Cel Cav Paulo Maciel da Silva
Ten Cel Eng Job Lorena de Sant'Anna
Cap Int Carlos Moutinho de Carvalho

CORPO REDATORIAL

Redator-Chefe: Cel Cav Ivan Lauriodó de Sant'Anna
Redatores: Cel Art Manoel Augusto Teixeira
Cel Art Jonas de Moraes Correia Neto
Ten Cel Com Wilson Machado
Ten Cel Cav Edson Alves Mey
Ten Cel Art Mario dos Santos André